



Carta de Conjuntura

LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA

CIÊNCIAS ECONÔMICAS – UNIPAMPA

VOLUME I NÚMERO I – 2025

APRESENTAÇÃO

Esta Carta de Conjuntura faz parte do projeto de pesquisa Laboratório de Análise de Conjuntura, integrado por docentes e discentes do curso de Ciências Econômicas, do campus Santana do Livramento. A Carta tem como objetivo uma forma de integração dos diferentes membros da comunidade acadêmica na discussão sobre a economia nacional e internacional. Também há a intenção de que possa ser um instrumento de aprendizado discente no tratamento e análise de informações econômicas. É um esforço no sentido da criação de um espaço de geração e troca de conhecimento.

Os dados apresentados possuem diferentes fontes, fato observável nas seções da carta. Por serem de fontes diferentes, as informações apresentadas acabam por apresentar uma periodicidade de publicação distinta. Assim, levando em conta o período sem publicações em 2023, buscou-se, na medida do possível, apresentar análises que utilizem dados para todo o ano. Além disso, as bases de dados utilizadas muitas vezes podem ser analisadas em recortes menores (além da Nacional, por Estado e/ou Cidades). Sempre que houve a disponibilidade, foram trazidas as informações para estes recortes também.

Neste número a Carta de Conjuntura Econômica são apresentadas análises a respeito da conjuntura monetária e fiscal, de atividade econômica, inflação, mercado de trabalho, economia internacional. Traz um artigo que trata da qualidade dos indicadores de contabilidade pública. Finaliza com um artigo sobre a ovinocultura no Pampa Gaúcho.

Colaboraram nesta edição: Jeferson Luís Lopes Goularte, Rodrigo Abbade da Silva, Felipe Gomes Madruga, Lucélia Ivonete Juliani, Ana Luísa de Souza Soares; Carolina Giacomelli Alves; Carolina Luiza Freire de Souza; Francisco Rodrigues Xavier; Laura Fagundes Duarte; Leonardo Henrique Neves Buenavista; Sophia Lenine Cavallaro de Oliveira, Igor de Menezes Larruscaim, Debora Nayar Hoff, Joélio Farias Maia, Geise Loreto Laus Viega e Leonardo de Melo Menezes. O grupo de professores envolvidos na realização deste trabalho aproveita o espaço desta apresentação para convidar a todos os interessados a participar do projeto.

SUMÁRIO

Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal..... 2

Inflação 2024: entre o freio nos preços e o aperto no bolso..... 7

Panorama do comércio internacional gaúcho de 2013 a 2024 14

Crescimento econômico alavancado pelo consumo das famílias: até que ponto este se sustenta à médio e longo prazo?..... 20

Desempenho da economia no terceiro trimestre de 2023 31

Mercado de trabalho 34

Ovinocultura no Pampa Gaúcho: novas perspectivas 41

RANKING DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL

Prof. Dr. Jeferson Luís Lopes Goularte

Continuando a disseminação do ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, que desde 2019, ano da 1ª edição do ranking, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vem realizando e ampliando o número das verificações. Assim, percebe-se, a cada ano, que a revisão e a implementação de novas verificações são imprescindíveis na busca da qualidade do registro orçamentário, contábil e fiscal.

O ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal está inserido no contexto do termo *accountability*. De acordo com Ferreira *et al.* (2020), o termo *accountability* vem sendo utilizado principalmente em decorrência da internacionalização da contabilidade, na busca de padrões internacionais da contabilidade. Ainda, os gestores públicos devem ser transparentes nas suas gestões, nas suas prestações de contas e na geração de informações para a sociedade civil. Segundo Di Marco e Terci (2022), ainda, têm municípios com falta de divulgação dos portais de transparência, complexidade da linguagem utilizada na apresentação dos dados, atendimento descuidado em relação as solicitações e imprecisão nas respostas fornecidas aos cidadãos, mesmo assim, os portais de transparência são o meio mais eficaz para possibilitar o exercício do controle social e efetividade da *accountability*.

Para o exercício do controle social pela sociedade civil e da *accountability* pelo gestor público, a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação em seu art. 9º dispõe que o acesso a informações públicas será assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações, informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolar documentos e requerimentos de acesso a informações, e realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação (Brasil, 2011).

Também, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em seu art. 48 determina que são instrumento de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, as leis de diretrizes orçamentárias, os orçamentos; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) (Brasil, 2000). A Lei Complementar nº 131/2009, que alterou a LRF, em seu art. 48-A determina que os entes da

federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a despesa e a receita (Brasil, 2009a).

A padronização dos relatórios, das demonstrações contábeis e demonstrativos fiscais é atribuição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa atribuição está prevista no Decreto nº 6.976/2009 em seu art. 6º descreve que integram o sistema de contabilidade federal a STN, como órgão central, e os órgãos setoriais. O art. 7º, inciso XII descreve que compete ao órgão central elaborar, sistematizar e estabelecer normas e procedimentos contábeis para a consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2009b)

Neste sentido, o ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal é uma realização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que tem como objetivo avaliar a consistência das informações contábeis e fiscais enviadas pelos entes da federação por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Essas informações são as constantes nos Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Declaração de Contas Anual (DCA) e Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e classifica os entes da federação em notas e percentuais, em nível municipal e estadual (STN, 2024).

A STN utiliza a mesma data da elaboração do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN) para a verificação das informações do ranking. Essa previsão legal está no art. 51 da Lei Complementar nº 101/2000 que estabelece que os entes federativos devem enviar seus dados à União, para que esta proceda com a consolidação das contas públicas (Brasil, 2000).

Na elaboração do ranking a STN desenvolveu o Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF). O ICF foi desenvolvido a partir de quatro dimensões: gestão da informação; informações contábeis; informações fiscais; informações contábeis x informações fiscais. Cada uma dessas dimensões reúne um conjunto de verificações que tem o mesmo objetivo ou que sejam relacionadas às mesmas informações. Ainda, o ICF classifica os entes federados em cinco categorias: pontuação superior a 95% em A; pontuação entre 85% e 95% em B; pontuação entre 75% a 85% em C; pontuação entre 65% a 75% em D; e pontuação menor que 65% em E (STN, 2024).

Para demonstrar a evolução do número de verificações do ranking foi elaborada a Tabela 01 que apresenta o desempenho geral dos entes nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

A Tabela 01 apresenta a evolução do número das verificações no ranking do ICF da STN e o percentual de atendimento pelos entes. No ano de 2023, 5ª edição do ranking, a quantidade de verificações chegou a 161, um crescimento de 89 verificações em relação a quantidade de

verificações da 1ª edição, no ano de 2019. Também demonstra crescimento no percentual de atendimento das verificações pelos entes nas cinco edições do ranking.

Tabela 01 – Desempenho geral dos entes no ranking

Descrições	Anos				
	2019	2020	2021	2022	2023
Verificações	72	104	108	141	161
Percentuais	69,68%	73,54%	77,85%	76,72%	78,44%

Fonte: adaptado de STN (2024).

Para demonstrar a distribuição dos municípios melhores classificados no ranking observa-se que o posicionamento dos municípios pode ser por vários recortes. O primeiro recorte da visão nacional que contempla todos os municípios da federação. O segundo recorte da visão estadual dos municípios, estabelecendo a comparação do município selecionado com os outros do mesmo estado. O terceiro recorte da visão regional dos municípios, que compara com os municípios da mesma região (STN, 2024). As divisões territoriais são delimitações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para todo o país (IBGE, 2022).

Na elaboração da Tabela 02 foi utilizado a visão nacional da distribuição dos 25 municípios melhores classificados no ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, todos classificados na categoria A.

Tabela 02 – Distribuição dos 25 municípios melhores classificados por estado da federação

Estados	Anos				
	2019	2020	2021	2022	2023
Bahia	-	-	01	-	01
Ceará	-	-	03	01	-
Espírito Santo	-	01	02	03	07
Maranhão	01	-	-	-	-
Minas Gerais	02	01	05	01	01
Mato Grosso	-	-	-	-	01
Pará	01	-	-	-	-
Paraíba	02	01	-	-	-
Rio Grande do Sul	15	21	14	15	10
Rondônia	-	-	-	-	01
Santa Catarina	04	01	-	03	04
São Paulo	-	-	-	02	-
Total	25	25	25	25	25

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Tabela 02 apresenta que o estado da federação que tem o maior número de municípios melhores classificados no ranking é o estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2019 com 15 municípios, 2020 com 21 municípios, 2021 com 14 municípios, 2022 com 15 municípios e 2023 com 10 municípios, apresentando um decréscimo no último ano do período pesquisado.

Na elaboração da Tabela 03 foi utilizada a visão estadual da distribuição dos municípios no ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal é o estado do Rio Grande do Sul que tem o maior número de municípios no ranking, considerando os 25 municípios melhores classificados nas sete mesorregiões, nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Tabela 03 – Distribuição por mesorregião dos 25 municípios melhores classificados no estado do Rio Grande do Sul

Mesorregiões	Anos				
	2019	2020	2021	2022	2023
Noroeste	08	06	06	08	11
Nordeste	03	04	03	03	-
Centro Ocidental	03	03	03	05	03
Centro Oriental	02	03	02	01	02
Metropolitana	06	04	08	03	06
Sudoeste	01	-	01	-	-
Sudeste	02	05	02	05	03
Total	25	25	25	25	25

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A Tabela 03 apresenta que a mesorregião do estado do Rio Grande do Sul que tem o maior de número de municípios melhores classificados no ranking é a mesorregião Noroeste nos exercícios de 2019 com 8 municípios, 2020 com 6 municípios, 2021 com 6 municípios, 2022 com 8 municípios e 2023 com 11 municípios, apresentando um crescimento do número de municípios no período pesquisado.

Os municípios melhores classificados no ranking, em especial, do estado do Rio Grande do Sul demonstram cumprir os dispositivos legais estabelecidos na legislação contábil e fiscal. Também demonstram cumprir dispositivos legais da transparência na prestação de contas da aplicação dos recursos públicos, permitindo a sociedade civil avaliar a gestão do seu município, individualmente ou coletivamente por meio dos conselhos de políticas públicas, das audiências públicas, entre outras formas.

O Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Siconfi (ICF) realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é relevante para os cidadãos avaliarem a gestão dos seus municípios e exercerem a participação social, e por meio da representação também participarem dos conselhos de políticas públicas e nas audiências públicas. Assim, a STN como órgão central de contabilidade federal cumpre uma importante atribuição na elaboração e divulgação do ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal para os entes federados e à sociedade civil.

Referências

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 5 de maio de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009a. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 de maio de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009b. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 78 de outubro de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6976.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

DI MARCO, Cláudio Augusto Ferreira; TERCI, Eliana Tadeu. Transparência municipal e controle social: a visão dos Observatórios Sociais sobre os portais de transparência e acesso à informação. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/2885>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FERREIRA, Celma Duque; SILVA, Gilberto Crispim da; ROSA, Fabrícia Silva da; ALBERTON, Luiz. Transparência da prestação de contas dos gastos públicos nos governos municipais: um estudo de caso no estado de Goiás. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, RN, v. 12, n. 2, p. 157-178, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/19090>. Acesso em: 19 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Divisão Territorial Brasileira. **Tabelas da divisão territorial brasileira 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html>. Acesso em: 5 jun. 2024.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (STN). Tesouro Nacional. **Ranking Siconfi**. 2024. Disponível em: <https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2024.

INFLAÇÃO 2024: ENTRE O FREIO NOS PREÇOS E O APERTO NO BOLSO

Lucélia Ivonete Juliani

Introdução

Para muitos brasileiros acima dos 40 anos, essa palavra inflação evoca imagens de etiquetas sendo remarcadas diariamente nos supermercados, cadernetas de poupança corroídas em poucos dias e uma economia instável que parecia uma corrida sem linha de chegada. Era o tempo da hiperinflação, o amanhã era incerto.

Hoje, mencionamos inflação e, para uma geração mais jovem, o termo soa tão distante quanto o Brasil tetracampeão em 1994. Mas enquanto o passado inflacionário do Brasil repousa em livros de história e memórias de quem viveu essa instabilidade, nossos vizinhos argentinos estão vivendo essa realidade em tempo real.

Em um cenário de inflação superior a 100% ao ano¹, a Argentina nos convida a refletir não apenas sobre o impacto devastador da perda do poder de compra em uma economia, mas também sobre o papel paradoxal do Brasil como vizinho e parceiro comercial.

Enquanto a alta inflação força os argentinos a venderem produtos a preços que, para nós brasileiros, parecem uma verdadeira “pechincha”, nossa moeda forte frente ao peso argentino nos transforma em beneficiários, ainda que indiretos, desse sofrimento econômico. Compramos mais, gastamos menos e nos acostumamos a ver o país vizinho como um mercado de oportunidades em vez de um alerta econômico.

A questão que surge é o que aprendemos com nossa própria história de hiperinflação. Talvez estejamos valorizando excessivamente o presente relativamente estável e negligenciando os sinais de alerta que o contexto global apresenta. A inflação, mesmo em níveis controlados, ainda possui o poder de corroer silenciosamente o poder de compra e de desestabilizar laços econômicos e sociais.

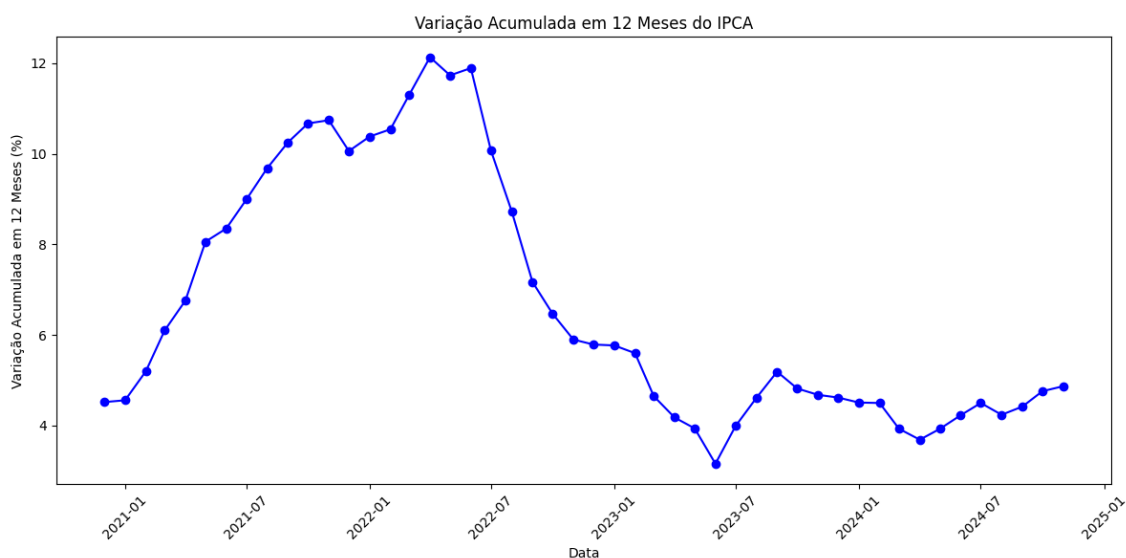
Análise dos dados

O cenário inflacionário ao longo de 2024 apresentou relativa estabilidade nos indicadores. A maior taxa do IPCA, medida pelo IBGE, foi registrada em novembro, atingindo 4,87% no acumulado em 12 meses. É provável que dezembro mantenha um patamar semelhante, impulsionado pelo

¹ DADOS MUNDIAIS. **Inflação na Argentina**. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/argentina/inflacao.php>. Acesso em: 10 dez. 2024.

aumento da demanda agregada característico das festividades de final de ano. Vale destacar que a meta de inflação para 2024 é de 3%, com um intervalo de tolerância de $\pm 1,5$ p.p. (entre 1,5% e 4,5%). No entanto, observa-se que o IPCA acumulado já ultrapassa o limite superior da meta, indicando pressões inflacionárias acima do esperado.

Figura 1 – Taxa de variação acumulada em 12 meses do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE), no período de janeiro de 2020 a outubro de 2024.

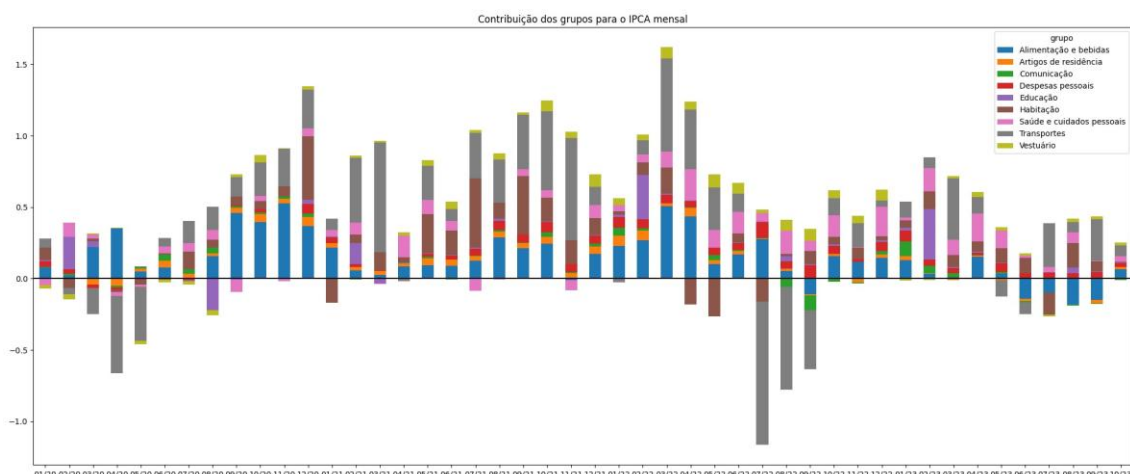


Fonte: IBGE – Sidra. Disponível em: (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2024>)

A Figura 2 apresenta a contribuição mensal dos diferentes grupos de consumo para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2024, observa-se que o grupo Alimentação e Bebidas permanecem como uma das categorias de maior peso, exibindo flutuações relevantes em meses específicos, o que sugere uma forte sazonalidade, como o aumento da demanda por alimentos em determinados períodos do ano.

O grupo Transportes também se destaca por suas oscilações significativas, provavelmente influenciadas pelos preços dos combustíveis ou ajustes nas tarifas de transporte público. Por outro lado, os grupos Habitação e Saúde apresentam contribuições mais estáveis, embora continuem impactando o IPCA mensal. Já os grupos Educação e Despesas Pessoais concentram aumentos principalmente no início do ano, refletindo o ciclo de reajustes escolares e de serviços.

Figura 2 – Contribuição dos grupos de produtos para o IPCA mensal no período de janeiro de 2020 a outubro de 2024.



Fonte: IBGE – Sidra. Disponível em: (<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/novembro2024>)

Ao compararmos o comportamento do IPCA em 2024 com os anos anteriores, percebe-se que a maioria dos grupos apresenta menor volatilidade, indicando uma relativa estabilidade nos preços. As contribuições negativas de alguns meses (como a deflação em transportes ou alimentação) são mais moderadas em comparação aos choques observados em anos anteriores.

Em 2024, os valores totais mensais estão aparentemente mais baixos em relação aos anos de alta inflação, o que sugere um controle mais efetivo sobre os principais vetores de pressão inflacionária. Embora os padrões sazonais permaneçam evidentes, eles parecem menos intensos em 2024, especialmente no que diz respeito aos choques de preços em grupos como Transportes e Alimentação e Bebidas nos anos anteriores.

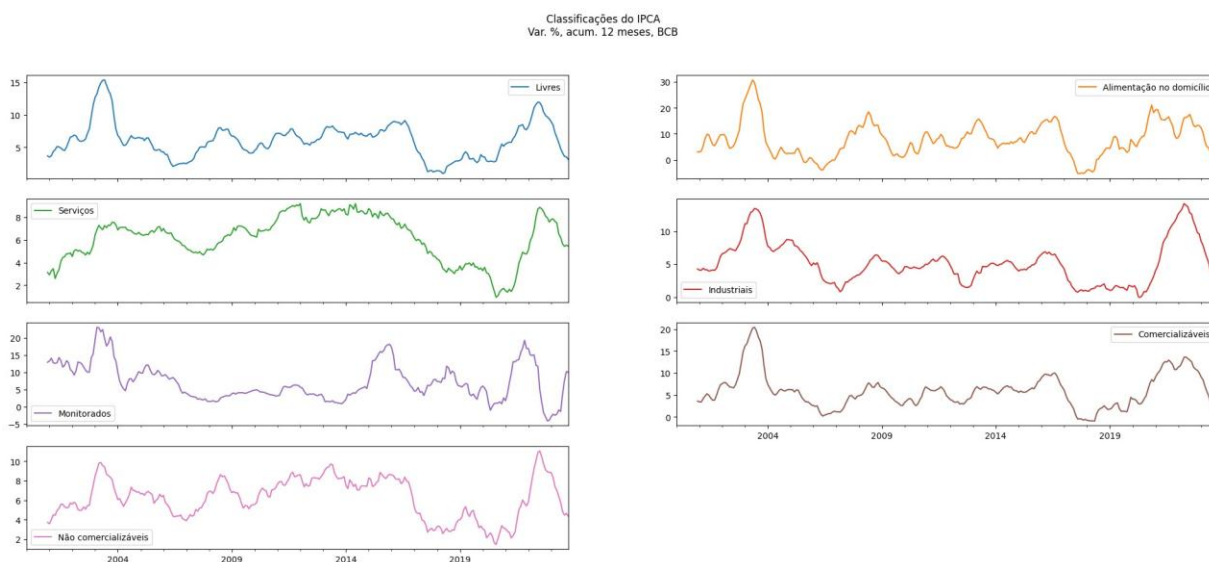
A Figura 3 apresenta, para o período de 2000 a 2024, a variação percentual acumulada em 12 meses por classificação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que inclui: preços livres, alimentação e bebidas, serviços, industriais, monitorados, comercializáveis e não comercializáveis.

Os preços livres englobam bens e serviços cujos valores são definidos pelo mercado, sendo diretamente influenciados pela oferta e demanda. Em 2024, apresentam os menores níveis desde os picos registrados entre 2021 e 2022.

A categoria de alimentação no domicílio abrange alimentos e bebidas consumidos dentro de casa, incluindo itens como grãos, carnes, laticínios, frutas e vegetais, que sofrem impacto direto de fatores sazonais e climáticos. No ano de 2024, os valores voltaram a crescer de forma moderada. A desaceleração observada em 2023 reflete uma estabilização na oferta agrícola, enquanto o leve aumento atual pode indicar uma recuperação da demanda.

Os serviços compreendem atividades intangíveis, como educação, saúde, transporte e lazer. Seus valores são fortemente influenciados pela demanda interna e por reajustes salariais, apresentando inércia inflacionária devido à rigidez nos custos. Em 2024, mantêm uma trajetória estável e moderada. Comparando com 2023, a desaceleração reflete os efeitos do aumento da taxa de juros, que moderaram o consumo.

Figura 3 – Variação percentual acumulada em 12 meses por classificação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de 2000 a 2024.



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

A classificação de industriais inclui bens manufaturados, como eletrodomésticos, automóveis e vestuário. Os preços desses produtos dependem da cadeia de produção, custos de insumos e fatores externos, como câmbio e comércio internacional. Em 2024, os valores permanecem baixos, atingindo estabilidade ao longo do ano. A desaceleração observada a partir de 2023 reflete uma normalização na oferta global e menor impacto da inflação importada.

Os preços monitorados referem-se a bens e serviços com controle ou regulação estatal, como combustíveis, tarifas de energia elétrica e transporte público. Seus reajustes estão sujeitos a decisões governamentais e políticas setoriais. Em 2024, apresentam estabilidade, sem grandes variações. A queda em 2023 reflete políticas de controle, enquanto o cenário atual indica equilíbrio.

Os bens comercializáveis são aqueles sujeitos à concorrência internacional, como produtos agrícolas e industriais exportados ou importados. Seus preços são afetados por flutuações cambiais e custos globais de produção. Em 2024, os valores permanecem estáveis, após uma desaceleração

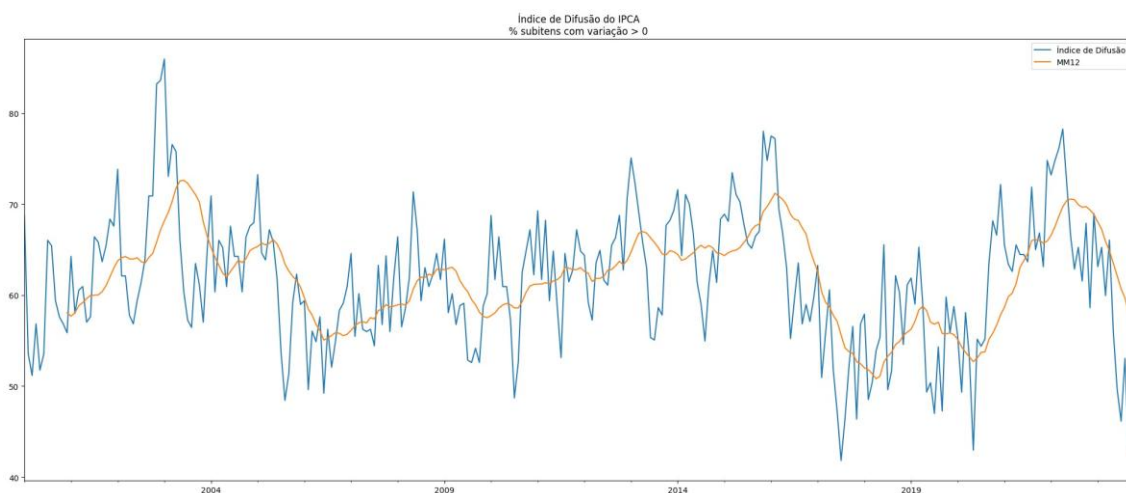
nos anos anteriores. A retração observada a partir de 2023 reflete a recuperação do câmbio e a normalização das cadeias globais de suprimento.

Os bens não comercializáveis correspondem a produtos e serviços cuja produção e consumo ocorrem exclusivamente no mercado interno, como serviços pessoais e imóveis, sendo influenciados majoritariamente por fatores domésticos. Em 2024, apresentam relativa estabilidade, mantendo níveis semelhantes aos de 2023. Essa estabilidade sugere que os fatores estruturais, como custos fixos e a inércia inflacionária, estão sendo controlados.

A figura 4 apresenta para o período de 2000 a 2024, Índice de difusão de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e média móvel em 12 meses este mede a porcentagem de itens que apresentam variação positiva nos preços em relação ao total de itens analisados.

Em 2024, o índice apresenta valores menores em comparação com os picos de 2021 e 2022, indicando que a inflação está menos disseminada entre os itens do IPCA. Já as oscilações ao longo do ano de 2024 reflete fatores sazonais e choques localizados, como preços de alimentos e combustíveis, que impactam setores específicos, mas sem contaminar amplamente os demais preços.

Figura 4 – Índice de difusão do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e média móvel em 12 meses no período de 2000 a 2024.



Fonte: Banco Central do Brasil. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>)

Durante o período de 2021 e 2022, a alta difusão foi influenciada por choques globais de oferta, como interrupções na cadeia de suprimentos, aumento nos custos de energia e alimentos, além da forte recuperação econômica pós-pandemia. O impacto negativo dessa situação foi que a maior difusão pressionou a inflação de forma generalizada, tornando-a mais resistente e

desafiadora para o controle por meio da política monetária. Como consequência, houve uma redução no poder de compra das famílias e um aumento na incerteza para investimentos.

Nos anos de 2023 e 2024, observou-se uma redução no índice de difusão, reflexo da normalização das cadeias produtivas e da eficácia das políticas monetárias mais restritivas, que reduziram a demanda agregada e ajudaram a controlar a propagação dos aumentos de preços. O principal benefício dessa redução é que, com a inflação concentrada em menos itens, a economia torna-se mais previsível, favorecendo decisões de consumo e investimento. Além disso, o Banco Central ganha maior margem de manobra para ajustar a taxa de juros de forma menos restritiva, contribuindo para um ambiente econômico mais equilibrado.

Conclusão

A análise do Índice de Difusão no Relatório de Inflação de 2024 demonstra uma importante contenção na disseminação dos aumentos de preços ao longo do ano. Comparado aos períodos de maior pressão inflacionária entre 2021 e 2022, o índice apresenta patamares mais baixos, refletindo os efeitos positivos das políticas monetárias restritivas implementadas pelo Banco Central e a normalização das cadeias produtivas globais. Esse comportamento é essencial para evitar que a inflação se torne generalizada, favorecendo a previsibilidade econômica.

Os resultados indicam que a desaceleração da difusão, aliada à estabilização dos preços em grupos como bens monitorados e comercializáveis, representa um avanço significativo no controle inflacionário. Apesar de oscilações mensais associadas a fatores sazonais e choques pontuais, a inflação mostra sinais de concentração em itens específicos, o que facilita a atuação do Banco Central e reduz a necessidade de medidas monetárias mais agressivas. Essa estabilidade, no entanto, exige atenção contínua para lidar com possíveis choques externos, como variações cambiais e volatilidade no mercado de commodities.

Por fim, é importante refletir sobre o atual momento de estabilidade econômica, que está fundamentado em uma política monetária restritiva. Embora o governo brasileiro esteja avançando com a reforma tributária e o pacote fiscal para assegurar a sustentabilidade das contas públicas, é necessário reconhecer que os efeitos dessas medidas serão perceptíveis apenas no médio e longo prazo. Enquanto isso, o Banco Central tem controlado as pressões inflacionárias por meio de uma taxa de juros elevada, possivelmente uma das mais altas do mundo.

Além disso, os brasileiros enfrentam, no cotidiano, os impactos dessa conjuntura econômica, especialmente a perda real do poder de compra. Essa situação é agravada por salários que não

acompanham o ritmo da inflação, afetando diretamente o orçamento doméstico e limitando a capacidade das famílias de manter o mesmo padrão de consumo.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inflação**. Brasília: Banco Central do Brasil, v. 26, n. 3, set. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 13 dez. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Séries Temporais. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13 dez. 2024.

DADOS MUNDIAIS. **Inflação na Argentina**. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/america/argentina/inflacao.php>. Acesso em: 10 dez. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/novembro2024>. Acesso em: 13 dez. 2024.

PANORAMA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL GAÚCHO DE 2013 A 2024

Bruno Vaqueiro Machado;
Rodrigo Abbade da Silva.

Exportação

A exportação é o processo de venda e envio de bens ou serviços de um país para outro. Ela envolve a movimentação de mercadorias, produtos manufaturados, matérias-primas ou serviços para mercados estrangeiros, com o objetivo de atender à demanda de consumidores ou empresas de outros países. De acordo com Kotler e Keller (2012), exportar permite às empresas ampliar seu mercado, alcançar novos consumidores e obter maior competitividade no mercado global. Segundo Czinkota et al. (2010), a exportação é fundamental para promover o crescimento das empresas, pois possibilita maior aproveitamento de economias de escala e diversificação de mercados. Importância da Exportação para economia, a saber: Geração de receitas: Segundo Dornbusch, Fischer e Startz (2007), as exportações trazem divisas para o país, fundamentais para equilibrar contas externas; Expansão de mercado: Permite que empresas alcancem novos consumidores, promovendo a diversificação de riscos e a ampliação de negócios (Czinkota et al., 2010); Desenvolvimento econômico: Estimula a produção, cria empregos e contribui para o crescimento econômico (Krugman e Obstfeld, 2006); Fortalecimento das relações comerciais: Facilita a integração econômica entre países, promovendo a estabilidade econômica global (Ball et al., 2012).

Ainda as exportações se subdividem em dois tipos: Exportação direta, Realizada diretamente entre a empresa e o comprador estrangeiro, sem intermediários; Exportação indireta: Envolve intermediários, como traders ou distribuidores, que facilitam o processo de venda para o exterior (Czinkota et al., 2010).

Importação

A importação é o processo de compra e entrada de bens ou serviços estrangeiros em um país, com o objetivo de atender às necessidades do mercado interno. Segundo Krugman e Obstfeld (2006), ela é uma forma de complementar a produção doméstica, atendendo demandas que não podem ser supridas localmente. Em termos gerais, importação refere-se à atividade comercial internacional em que uma empresa ou governo adquire produtos ou serviços de outro país para uso,

venda ou processamento. De acordo com Ball et al. (2012), a importação é essencial para garantir a diversificação de produtos e a competitividade no mercado interno. As importações são importantes para economia porque: **dão acesso a produtos não disponíveis**: Permite obter bens e serviços inexistentes localmente, como tecnologias específicas (Krugman e Obstfeld, 2006). Permitem a **Diversificação e qualidade**: Amplia a oferta de produtos e estimula a inovação e competitividade (Kotler e Keller, 2012); ajudam a reduzir **custos**: Segundo Czinkota et al. (2010), a importação de produtos mais baratos auxilia no controle de preços internos; fortalecem as **relações comerciais**: Promove o intercâmbio econômico e fortalece alianças estratégicas entre países.

Além disso, as importações subdividem-se em dois tipos: Importação direta: Realizada pela própria empresa com o fornecedor estrangeiro; **Importação indireta**: Intermediada por distribuidores ou empresas especializadas (Czinkota et al., 2010).

Corrente Comercial

A corrente comercial é o somatório das exportações e importações de um país em determinado período, refletindo o volume total das transações comerciais realizadas com o exterior. Segundo Krugman e Obstfeld (2006), ela é uma medida essencial para entender o grau de abertura econômica de um país. A Corrente comercial indica quanto um país está negociando com o restante do mundo, sendo um reflexo de sua integração econômica internacional (Dornbusch, Fischer e Startz, 2007). Matematicamente a corrente commercial pode ser representada pela Equação 1.

$$\text{Corrente Comercial} = \text{Exportações} + \text{Importações} \quad (1)$$

Por meio da Corrente comercial é possível perceber, aspectos relevantes da economia como: Indicador de abertura econômica: Mede o grau de integração de um país no comércio global (Czinkota et al., 2010); Monitoramento do desempenho econômico: Reflete a capacidade produtiva e o consumo interno (Krugman e Obstfeld, 2006); Análise de dependência externa: Ajuda a identificar desequilíbrios na balança comercial e vulnerabilidades externas.

Por outro lado, o saldo da balança comercial é a diferença entre entradas e saídas econômicas, podendo ser aplicado em diversos contextos, como balanço comercial, orçamentos ou contas bancárias. Dornbusch, Fischer e Startz (2007) explicam que o saldo é uma medida essencial para avaliar a saúde financeira de uma operação. O conceito de saldo, no comércio internacional, é a diferença entre exportações e importações, conforme a Equação 2.

$$\text{Saldo da Balança Comercial} = \text{Exportações} - \text{Importações} \quad (2)$$

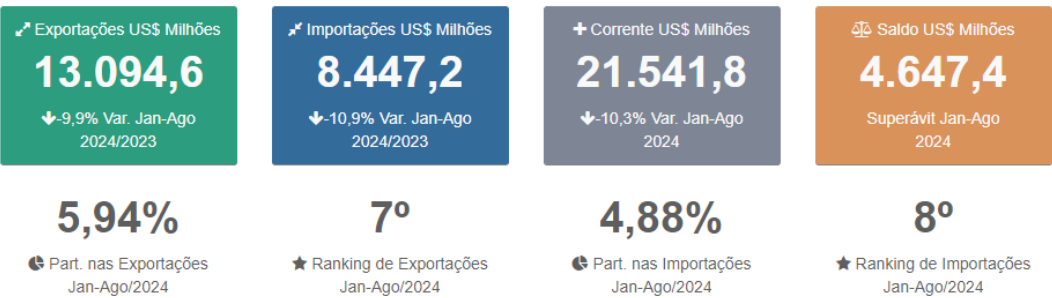
Superavit: Quando as exportações superam as importações.

Déficit: Quando as importações superam as exportações.

Um saldo positivo indica superávit, enquanto um saldo negativo representa déficit (Krugman e Obstfeld, 2006). Por meio disso é possível verificar: **Saúde financeira:** Mostra se há mais entradas do que saídas, sinalizando estabilidade econômica (Dornbusch, Fischer e Startz, 2007); ajuda na **tomada de decisão:** Ajuda empresas e governos a ajustarem suas estratégias econômicas (Kotler e Keller, 2012); verificar a **Competitividade econômica:** Um saldo positivo fortalece a economia e reduz a dependência externa (Ball et al., 2012).

Conforme a Figura 1, em 2013, as exportações do Rio Grande do Sul totalizaram cerca de US\$ 18 bilhões. O menor volume exportado foi registrado por volta de 2016, com aproximadamente US\$ 14 bilhões. Já em 2023, o valor das exportações se recuperou significativamente, alcançando cerca de US\$ 21 bilhões, embora tenha apresentado queda nos primeiros meses de 2024 (-9,9% em relação ao mesmo período de 2023). Ao longo da série histórica percebe-se que apesar da queda observada entre 2013 e 2016, houve uma recuperação constante nos anos seguintes até 2022. Nos últimos anos, a tendência foi de estabilidade, mas com oscilações pontuais.

Figura 1 – Rio Grande do Sul: exportações, importações e balança comercial.



Fonte: MDIC (2024).

Por outro lado, as importações em 2013 somaram aproximadamente US\$ 8 bilhões. Com menor volume ocorreu em torno de 2016, quando as importações caíram para cerca de US\$ 6 bilhões. Todavia, em 2023, o valor importado atingiu cerca de US\$ 10 bilhões, com redução no acumulado de 2024 (-10,9% em relação a 2023). Em geral as importações também apresentaram declínio entre 2013 e 2016, mas a recuperação foi mais moderada em comparação com as exportações.

Figura 2 – Série histórica das exportações e importações do Rio Grande do Sul conforme classificação ISIC.

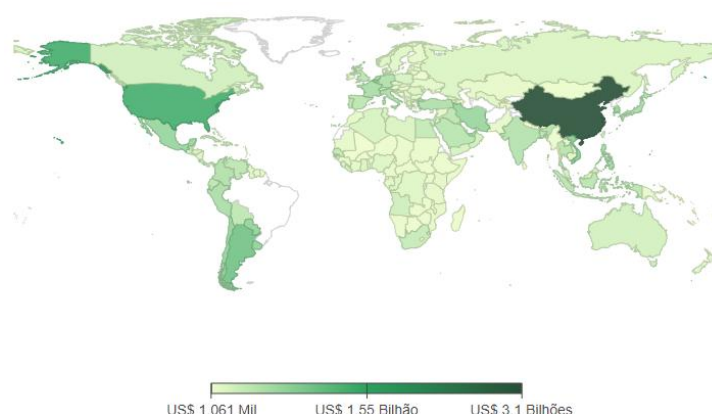


Legenda: verde as exportações, azul as importações.

Fonte: MDIC (2024).

De acordo com a Figura 2, ao comparar as Exportações e Importações, por meio do saldo comercial, percebe-se que ele é positivo. O Rio Grande do Sul mantém um saldo comercial superavitário em todo o período analisado, ou seja, exporta mais do que importa. Em 2024 (jan-ago), o superávit foi de US\$ 4,647 bilhões. Esse saldo positivo é benéfico para o Estado porque indica maior entrada de divisas, contribuindo para o fortalecimento da economia local; Reduz a dependência de financiamento externo; Promove a geração de empregos em setores ligados à exportação, como o agronegócio e a indústria; Estimula a competitividade das empresas gaúchas no mercado internacional; De forma geral, a economia do Rio Grande do Sul tem mostrado resiliência no setor externo, com destaque para o desempenho das exportações, mesmo em períodos de adversidades econômicas.

Figura 3: Principais destinos das exportações do Rio Grande do Sul.

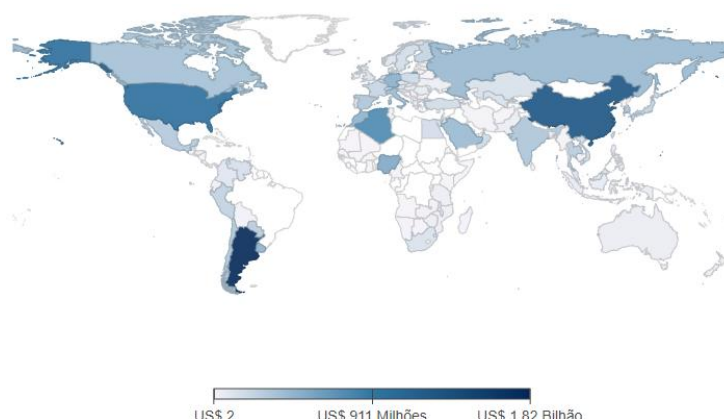


Fonte: MDIC (2024).

A Figura 3, mostra os principais destinos das exportações do Estado: China - 24%; Estados Unidos - 9,2%; Argentina - 4,9%; Bélgica - 4,1% e Vietnã - 3,3%. A Figura 3, mostra a predominância das exportações para a Ásia (especialmente a China, maior parceira comercial) e para as Américas. A importância dos Estados Unidos e Argentina está ligada à proximidade geográfica e integração comercial. Já destinos europeus como Bélgica e Vietnã demonstram a diversificação dos mercados internacionais.

Os principais produtos exportados são: Soja - 17%; Tabaco - 11%; Farinha de soja e outros alimentos para animais - 8%; Carnes de aves e suínos (frescas, refrigeradas ou congeladas) - 6,1%; Celulose - 5,4%.

Figura 4: Principais destinos das importações do Rio Grande do Sul.



Fonte: MDIC (2024).

A Figura 4, ilustra a distribuição geográfica dos principais parceiros comerciais do Rio Grande do Sul. Destacam-se, a saber: 1. Argentina - 22%, principal destino das exportações do estado, devido à proximidade geográfica e acordos comerciais no Mercosul; China - 15%, forte demanda por produtos alimentos e matérias-primas, especialmente soja e carne; Estados Unidos - 12%, importante parceiro comercial, com destaque para alimentos e produtos industrializados; Argélia - 8,1%; Compradora significativa de alimentos, especialmente grãos e carnes; Nigéria 3,8%, foco em *commodities* agrícolas e alimentos.

Entre os produtos mais importados pelo Estado destacam-se: Adubos ou fertilizantes químicos - 17%, demandados na produção agrícola, refletem a importância do setor agropecuário; Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus - 14%; *Commodities* exportadas devido à alta demanda energética global; Veículos automotivos para transporte de mercadorias - 8,5%, forte presença da indústria automotiva no estado; Óleos combustíveis de petróleo - 8,7%, produtos

derivados de petróleo com grande uso industrial; Veículos automotivos de passageiros - 4,3%, relevância da indústria de veículos de passeio para exportação.

Referências

BALL, Donald A.; GERINGER, Michael E.; MINOR, Michael S.; McNETT, Jeanne M. **International Business: The Challenge of Global Competition**. 13. ed. New York: McGraw-Hill/Irwin, 2012

CZINKOTA, Michael R.; RONKAINEN, Ilkka A.; MOFFETT, Michael H. **International Business**. 7. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomics**. 10. ed. New York: McGraw-Hill, 2007

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Marketing Management**. 14. ed. Upper Saddle River: Pearson Prentice Hall, 2012

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **International Economics: Theory and Policy**. 7. ed. Boston: Pearson Addison Wesley, 2006

MDIC. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Comexstat**. 2024. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/5/45>>. Acessado em 30 nov. 2024.

CRESCIMENTO ECONÔMICO ALAVANCADO PELO CONSUMO DAS FAMÍLIAS: ATÉ QUE PONTO ESTE SE SUSTENTA À MÉDIO E LONGO PRAZO?

Ana Luísa de Souza Soares; Carolina Giacomelli Alves; Carolina Luiza Freire de Souza; Francisco Rodrigues Xavier; Laura Fagundes Duarte; Leonardo Henrique Neves Buenavista; Sophia Lenine Cavallaro de Oliveira

Introdução

O desempenho da economia brasileira nos dois primeiros trimestres de 2024 foi bastante positivo, a ponto de as estimativas de crescimentos passarem de 2,0% para 2,9%, segundo o Instituto Fiscal Independente (IFI, 2024); e 3,2% pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2024b). O crescimento do emprego e da renda permitiu o impulsionamento do crescimento da atividade econômica, mas também alertou para as vulnerabilidades que indicam que este crescimento pode não se sustentar a médio e longo prazo.

A melhoria do nível do emprego, da massa salarial real somada às políticas distributivas favoreceu o impulsionamento do consumo das famílias. Porém, o baixo investimento, elevado endividamento público com gastos sem efeito multiplicador, e saldo negativo na balança comercial indicam que o crescimento econômico fica limitado, e com forte risco inflacionário. Tanto que em termos de política monetária se observou o movimento contracíclico com a elevação das taxas de juros.

Esse artigo² propõe a análise da conjuntura econômica, nos dois primeiros trimestres de 2024, baseando-se na ótica keynesiana, ou mais especificamente, se constrói os argumentos com base no apresentado por J.M. Keynes na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (TG), originalmente publicada em 1936. A partir da qual se dá ênfase ao componente da demanda agregada o consumo das famílias, ao comportamento do emprego e da renda. Utiliza-se os indicadores econômicos publicados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), Banco Central do Brasil (BCB), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre

² Este artigo é resultado das atividades acadêmicas desenvolvidas ao longo de agosto e novembro de 2024, na componente curricular de Macroeconomia III. Paralelo a leitura da *Teoria Geral do Emprego do Juros e da Moeda* fez-se a interpretação e análise de indicadores macroeconômicos pertinentes na teoria. Ao longo deste período, os discentes elaboraram duas análises de conjuntura individualmente, e este artigo agrega as contribuições suscitadas naqueles; sendo uma construção coletiva do grupo em torno da componente consumo das famílias.

outros. Utiliza-se o método descritivo para caracterização dos trimestres, e o método dedutivo para a interpretação da conjuntura.

Demanda Efetiva

A demanda agregada corresponde ao somatório do consumo das famílias, dos investimentos em formação bruta de capital fixo, aos gastos dos governos, e ao resto do mundo (exportações menos importações). Teoricamente a função consumo das famílias tende a ser estável, no sentido em que, no tempo, um aumento proporcional na renda geraria um aumento proporcional menor no consumo. Logo, para uma economia fechada, um fluxo corrente de investimentos se torna necessário para a manutenção do emprego; e caso esse não se concretize, então, caberia ao Estado através de investimentos sociais a manutenção da demanda efetiva.

A Demanda Efetiva é a tese central da TG de Keynes. Para um dado estado da técnica, a oferta agregada é uma expectativa de proventos decorrentes da demanda por emprego. Para cada nível de emprego em que a demanda agregada seja maior que a oferta agregada haverá incentivos para o aumento do emprego, mesmo que isso resulte no aumento dos custos dos fatores de produção; ou seja, quando a demanda agregada se igualar a oferta agregada a expectativa inflacionária se confirma; nessa igualdade se obtém a demanda efetiva. Em termos simplificativos, o aumento do emprego resulta em aumento na oferta de bens e serviços, e nas rendas pagas pelos fatores usados na produção; o aumento da renda, por sua vez, eleva o consumo só que em uma proporção menor, logo caberia a função investimento absorver o excesso de produção, de modo a manter as expectativas de lucro das empresas para que estas mantenham o nível de emprego.

Os indicadores macroeconômicos para a demanda agregada, tabela 1, apontam a variação acumulada em 2024 de: Consumo das famílias 4,6%, Investimentos 4,2% (porém, com variação negativa dos dois trimestres), Gastos do Governo 2,9%, Exportações 5,4% e Importações 12,6% (SPE/MF, 2004, p.35) (Tabela 1). Apesar dos investimentos terem variação acumulada positiva, em 2023 ele reduziu em -3% em relação ao ano de 2022. E o próprio Banco Central do Brasil (2024a) já reconhecia que o hiato do produto era positivo. Ou seja, que já apareciam limitantes para o aumento da oferta de bens e serviços ao nível de crescimento da demanda, logo havendo impacto inflacionário pelo lado da demanda.

Tabela 1 - Variação acumulada da demanda agregada - 2024

Produto Interno Bruto - PIB (IBGE)	II Trim. 2024			var.	var.	var.	var.	var. acumulada no ano 2024
				I Trim. 2024 / I Trim. 2023	II Trim. 2024 / II Trim. 2023	I Trim. 2024 / IV Trim. 2023 (com ajuste sazonal)	II Trim. 2024 / I Trim. 2024 (com ajuste sazonal)	
<u>Demanda Agregada</u>								
Consumo das Famílias		4,1%	3,1%	4,4%	4,9%	2,5%	1,3%	4,6%
Consumo da Administração Pública		2,1%	1,7%	2,6%	3,1%	0,1%	1,3%	2,9%
Investimento		1,1%	-3,0%	2,7%	5,7%	3,8%	2,1%	4,2%
Exportações de Bens e Serviços		5,7%	9,1%	6,5%	4,5%	0,4%	1,4%	5,4%
Importações de Bens e Serviços (-)		1,0%	-1,2%	10,2%	14,8%	4,5%	7,6%	12,6%

Fonte: SPE/MF(2024)

Ao se verificar que o resultado positivo da economia nos dois primeiros trimestres foi puxado pelo consumo das famílias, passa-se a discuti-la com maior atenção.

O Consumo das Famílias

]A função consumo das famílias é um dos principais componentes da demanda agregada. O consumo é função da renda líquida, isto é, aquela que fica disponível após o pagamento de tributos. Mas fatores objetivos e de natureza subjetiva também influenciam no consumo.

Entre os fatores objetivos destaca-se, especificamente, às variações nos salários reais que aumenta o poder de compra dos assalariados; e a repartição da renda entre os empresários e os rentistas que modificam seu patrimônio nominal e, conseqüentemente, seu padrão de consumo. Entre os fatores subjetivos, o destaque é dado às motivações que levam a abstenção do consumo dado por sentimentos de precaução, previdência, avareza, entre outros; sendo todos os fatores subjetivos atribuídos, por Keynes, aos aspectos de ordem cultural.

Keynes propôs como regra básica que com o aumento da renda o consumo também aumenta, só que em proporção menor, o que faz a função de consumo estável. A presumida estabilidade do consumo depende da prevalência dessa regra, tanto que supunha que com o aumento do emprego e da renda, nem todo emprego adicional seria mobilizado para consumo adicional, ou seja, parte das rendas seriam poupadas. Esse argumento é uma forma de orientar para a importância que os investimentos ganham, teoricamente, como motor para o crescimento econômico.

Mas como dito, aspectos culturais influenciam essa função, e no caso da economia brasileira essa regra parece não se aplicar. Não é possível desconsiderar aspectos como a concentração de

renda, e que a camada menos abastada possui um consumo reprimido, logo passa-se a descrever o comportamento do consumo.

Tabela 2: Atividade econômica mensal - julho/2024

Volume de Vendas (IBGE)	julho-2024	2022	2023	var.jun/24-jun/23	var.jul/24-jul/23	var.jun/24-mai/24 (com ajuste sazonal)	var.jul/24-jun/24 (com ajuste sazonal)	var. acumul. do ano	jun/24 var.acumul. 12 meses	jul/24 var.acumul. 12 meses	carry-over 2024
Comércio Varejista		1,0%	1,7%	4,1%	4,4%	-0,9%	0,6%	5,1%	3,6%	3,7%	4,4%
Comércio Varejista Ampliado		-0,6%	2,2%	2,1%	7,2%	0,3%	0,1%	4,7%	3,4%	3,8%	3,9%
Veículos Motos, Partes e Peças		-1,7%	8,1%	7,1%	20,3%	4,6%	3,8%	13,4%	11,5%	12,4%	14,1%
Material de Construção		-8,7%	-1,8%	3,9%	11,0%	5,1%	-0,2%	3,4%	0,9%	1,9%	3,7%
Combustíveis e Lubrificantes		16,6%	3,9%	-4,0%	-4,3%	0,6%	-1,1%	-2,2%	-3,2%	-3,3%	-3,3%
Hiper., Superm., prod. alimentícios, bebidas e fumo		1,4%	3,7%	3,6%	3,0%	-2,2%	1,7%	5,6%	5,3%	5,3%	4,1%
Têxteis, Vestuário e Calçados		-0,5%	-4,6%	0,0%	5,2%	-0,9%	1,8%	0,5%	-0,5%	-0,2%	2,0%
Móveis e Eletrodomésticos		-6,7%	2,1%	6,7%	8,1%	2,8%	1,4%	3,3%	2,2%	2,5%	4,8%

Fonte: SPE/MF(2024)

Segundo os dados da SPE/MF (2024, p.52) (Tabela 2), a variação acumulada em 2024 do volume de vendas no varejo foi de 5,1% e em serviços 1,8%. Destacam-se no varejo os aumentos de: vendas em hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo em 5,6%; vestuário e calçados 0,5%; material de construção 3,4%; veículos, motos, partes e peças 13,4%; móveis e eletrodomésticos 3,3%. Em serviços destaca-se o aumento de volume de vendas de: informação e comunicação 5,9%; serviços prestados às famílias 4,2%.

As famílias de baixa renda tendem a gastar a maior parte de sua renda em itens básicos, ou bens assalariados nas palavras de Keynes, como alimentos e habitação, o que faz com que qualquer aumento nos preços desses bens gere um impacto direto e significativo sobre sua função de consumo. No contexto dos dois primeiros trimestres do Brasil, a inflação mais alta em itens essenciais para as famílias de baixa renda, como alimentos e energia, reduz o poder de compra dessas famílias, limitando sua capacidade de contribuir para o consumo de bens de maior valor agregado. Já as famílias de renda mais alta, têm uma maior capacidade de poupar, e maior acesso ao crédito, a inflação em itens básicos representa um impacto proporcionalmente menor.

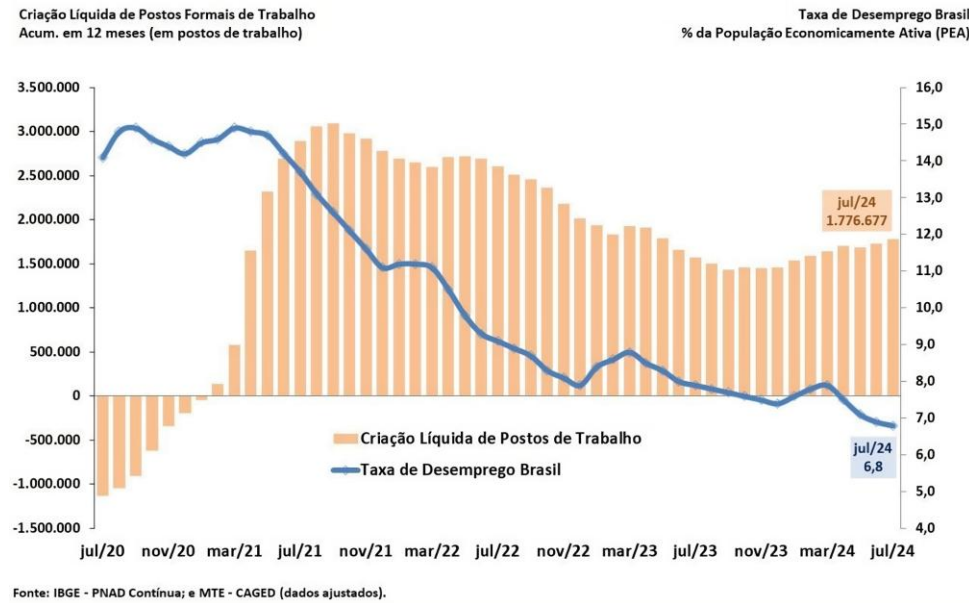
Emprego e renda

O desemprego, como regra, é um dos pontos de partida da TG. Keynes mantém o primeiro postulado clássico, para o mercado de trabalho, que correlaciona os salários reais com a produção. Onde, dado as características do processo produtivo no curto prazo, o aumento do trabalho leva a redução da produtividade deste fator, logo se refletindo na queda do salário real expresso em poder de compra de bens assalariados. Mas como os trabalhadores visualizam o impacto de seu salário nominal, e não o salário real, isso não altera a oferta de trabalho. E abandona o segundo postulado,

que se traduz basicamente na existência de desemprego voluntário, pela avaliação dos trabalhadores da desutilidade marginal do trabalho frente ao salário real pago.

Passa-se a descrição do mercado de trabalho nos dois primeiros trimestres de 2024. No primeiro trimestre teve-se um leve aumento na taxa de desemprego, que, logo após caiu novamente, chegando a 6,9% em julho de 2024, a criação de postos formais se estabiliza entre 1,6 e 1,7 milhões (SPE/MF, 2024, p.15). Com a redução do desemprego, tem-se um aumento na renda disponível para as famílias que, conseqüentemente, estimula o consumo (gráfico1). Além disso, o mercado de trabalho mais consolidado acaba por melhorar a confiança dos consumidores, o que fortalece o ciclo de aumento da demanda agregada. Na ótica de Keynes, com o aumento do emprego e da renda o consumo aumenta, e essa tendência positiva no mercado de trabalho é um indicativo de que a demanda agregada pode continuar crescendo, desde que os investimentos e as expectativas dos empresários permaneçam favoráveis, sustentando o nível de produção e emprego no curto prazo (Keynes, [1936] 2010, p. 70).

Gráfico 1 - Criação de emprego formal e renda - jul 2024



Fonte: SPE/MF(2024)

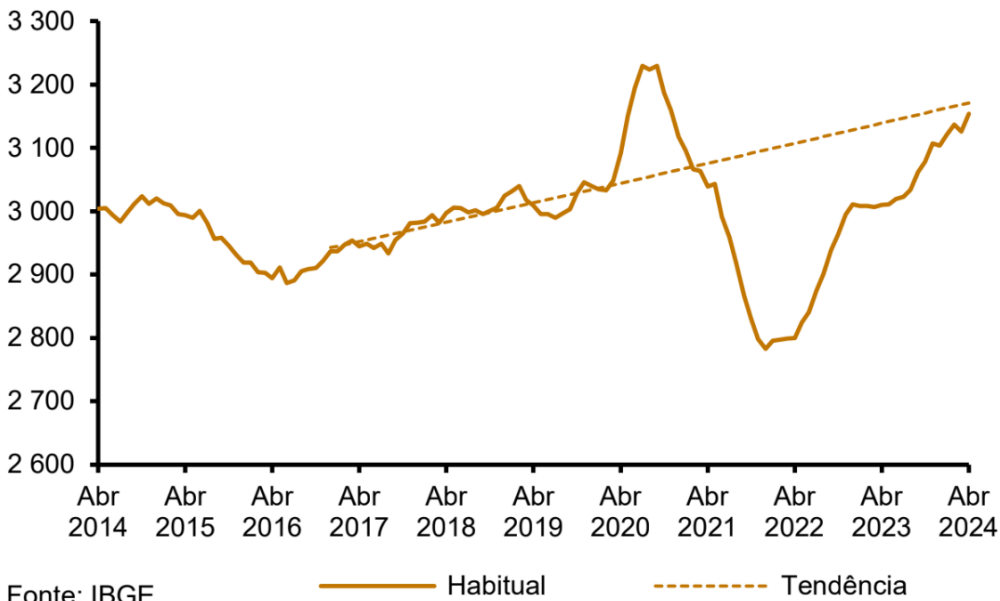
Segundo o IPEA (2024), no segundo trimestre de 2024 o rendimento real manteve a tendência de alta iniciada no segundo semestre de 2023, principalmente entre os trabalhadores com maior nível de escolaridade. O crescimento interanual registrado do rendimento real foi de 5,8%; e 3,5% maior que o do primeiro trimestre de 2024. Os trabalhadores privados com carteira assinada tiveram um crescimento em seus rendimentos mais modesto, cerca de 4,4%; enquanto

para os trabalhadores por conta própria, sem carteira e servidores públicos o aumento do rendimento real interanual foi de respectivamente 7,0% ,7,9% e 7,4%.

Apesar do aumento da massa salarial e do rendimento real dos trabalhadores nos dois primeiros trimestres de 2024, pode-se observar também que a distribuição dos ganhos entre setores de atividade econômica não se dá de forma equitativa. O IPEA (2024, p. 6), gráfico 2, indica que o rendimento médio real anual reduziu em -1,0% na construção civil, aumentou em: 0,5% na agricultura, 7,2% no setor de transportes, 8,3% na indústria e 8,4% na administração pública, entre outros setores. E atribui essas diferenças à recuperação das atividades pós-pandemia. No segundo trimestre de 2024 cerca de 23,3% dos domicílios brasileiros não possuíam renda proveniente do trabalho.

Gráfico 2 - Rendimento médio real do trabalho

Reais de fev-abr 2024, MM3M, a.s.



Fonte: BCB, 2024b

Apesar do dinamismo do mercado de trabalho, e dos ganhos de salário real, cabe destacar a ressalva feita pelo BCB (2024a), que os ganhos de salário real sem que haja evidências de aumento da produtividade do trabalho poderá gerar impactos inflacionários, por elevação nos custos de produção e consequentemente nos preços. Além de alertar para a falta de oferta de trabalho em alguns ramos de atividades econômicas, também gerando pressões inflacionárias.

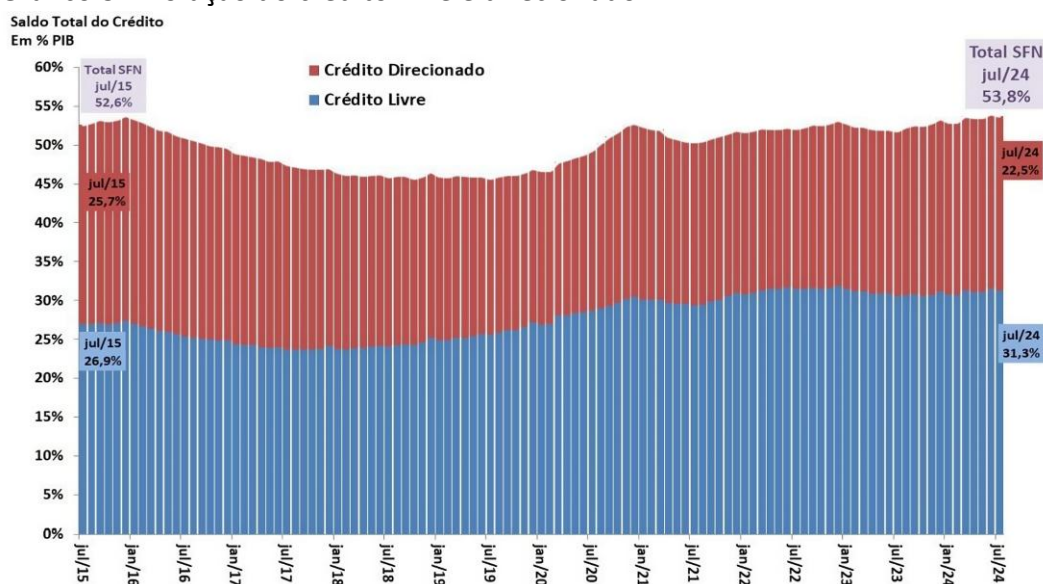
Crédito

Na TG variações na propensão marginal a consumir e nas taxas de juros são secundárias no curto prazo; ou seja, as variações na função de consumo estão condicionadas apenas às variações na renda, que é a regra exposta anteriormente. Por sua vez, Keynes expõe que variações nos juros impactam na propensão marginal a poupar, isto é, a dispensa do consumo imediato pelo consumo futuro. Onde os indivíduos buscariam rendimentos futuros renunciando no presente a liquidez.

Não é objetivo aqui entrar nos aspectos monetários, ainda que eles permeiem os argumentos da TG, e o próprio princípio da demanda efetiva seja exposto em termos monetários. Tome-se por princípio que “a importância da moeda decorre essencialmente do fato de consistir em um elo entre presente e futuro” (Keynes, [1936], 2010, p. 286). E que dadas as características da economia brasileira, quanto à distribuição da renda e aos padrões de consumo estabelecidos pelas classes sociais, toma-se o crédito como determinante para o consumo no presente. Ou seja, uma vez que Keynes sugere o consumo como uma variável de extrema importância para o crescimento de uma economia, o consumo brasileiro, principalmente para bens de maior valor agregado, é sustentado pelo crédito, que permite que as famílias acessem bens e serviços que estão além de sua capacidade de renda disponível.

Em 2024 o crescimento do crédito aumentou em 11,1% em decorrência do próprio crescimento econômico e dinamismo do mercado de trabalho. O crédito livre aumentou em 0,5%, com variação interanual esperada de 10,5% no ano de 2024 (BCB, 2024b).

Gráfico 3: Evolução do crédito livre e direcionado



Fonte: SPE/MF(2024).

As concessões de crédito apresentaram (gráfico 3) no trimestre encerrado em abril de 2024, influenciadas pela flexibilização da política monetária de crédito ao longo do ano de 2023. A redução na taxa de juros de novas operações de crédito livre, especialmente nas modalidades de menor risco, manteve as concessões de crédito livre na tendência de alta iniciada no segundo semestre de 2023.

Observou-se queda na taxa de juros das modalidades de crédito de baixo risco, enquanto as modalidades de alto custo registraram aumento. A projeção de crescimento nominal do saldo de crédito no Sistema Financeiro Nacional foi revisada de 10,8% para 11,1% ao longo do ano. Esperava-se crescimento interanual de 10,5%, superior à projeção anterior de 10%.

A carteira de crédito livre teve um crescimento nominal de 10,6% até julho e projeção anual de 12%, o financiamento imobiliário destacou-se como um dos principais fatores para esse aumento. O saldo do crédito direcionado para pessoas físicas atingiu variação de 13,5% até julho, mas a projeção anual foi ajustada para 12%.

Junto do crescimento do crédito, foi possível perceber também o crescimento significativo do endividamento das famílias, com o comprometimento da renda disponível para o consumo. Ou seja, o endividamento causa a restrição do consumo futuro devido ao custo das dívidas com o pagamento de juros.

A influência das taxas de juros sobre a concessão de crédito afeta a disposição dos agentes para consumir e investir. As taxas de juros mais elevadas inibem o consumo e o investimento, devido ao custo do crédito, e vice-versa. Na economia brasileira nos dois primeiros trimestres de 2024 a taxa Selic estimulava tanto a concessão como a obtenção de crédito pelas famílias; principalmente nas modalidades de baixo custo, como para o financiamento de veículos (BCB, 2024b).

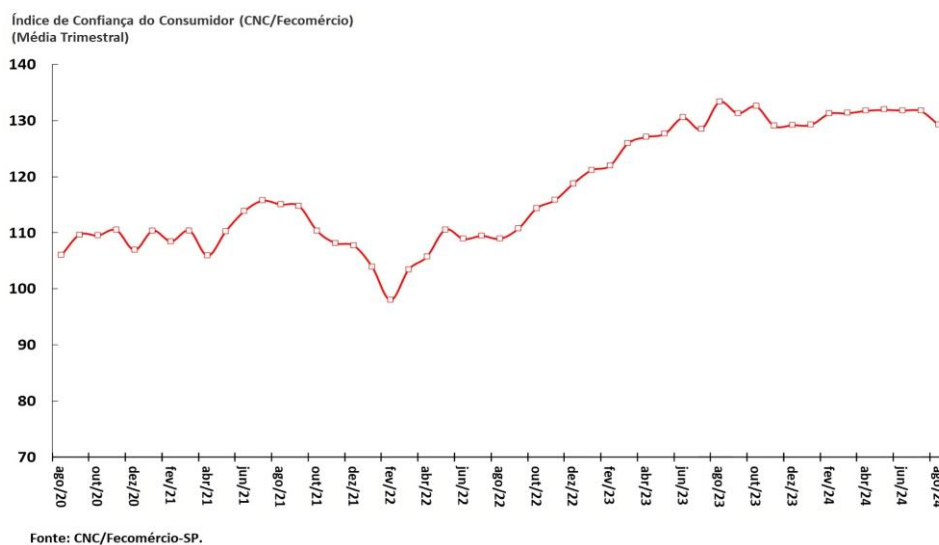
O risco de inadimplência é outro fator importante que afeta a dinâmica do custo do crédito no Brasil. Na TG, Keynes aborda que em tempos de incerteza, tanto consumidores quanto instituições financeiras tendem a priorizar a liquidez, limitando a disposição ao crédito. No Brasil, a inadimplência reduz a confiança das instituições em expandir o crédito, levando-as a aumentar os *spreads* bancários. Com isso, o custo do crédito para consumidores e empresas se eleva, desencorajando a tomada de novos empréstimos e reduzindo o consumo e o investimento – os dois componentes que Keynes aponta como essenciais para a expansão da demanda agregada no curto prazo.

Nível de Confiança e Expectativas

No campo filosófico a TG é importante por introduzir abertamente a noção do tempo nas decisões econômicas. Com isso, definições de expectativas, incerteza e confiança passam a permear explicitamente a teoria econômica. Keynes escreveu que os agentes econômicos por hábito projetam o presente no futuro. Ou seja, criam expectativas em função dos prognósticos que fazem e do grau de confiança nesses; e essas expectativas passam a orientar suas decisões. O que ele chamou de “estado de confiança” tem impacto direto sobre a estabilidade econômica, principalmente sobre as decisões de investimento. Mas como o foco nesse artigo é sobre a função consumo, vai-se extrapolar as análises para essa função em específico.

A confiança do consumidor nos dois primeiros trimestres de 2024 vem se recuperando após certa estabilização (gráfico 4). O fato de a confiança se manter em níveis relativamente altos sugere que o consumo das famílias pode se manter estável ou crescer, já que as famílias tendem a gastar mais quando possuem expectativas positivas em relação ao futuro.

Gráfico 4 - Índice de confiança do consumidor



Fonte: SPE/MF(2024)

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (2024), o índice de confiança variou na margem em 1,8 pontos no mês de julho, principalmente relacionado a melhora nas condições financeiras das famílias. E por faixa de renda apontou que entre as famílias de baixa renda o indicador de expectativa em relação ao futuro era mais positivo; puxando a variação de 3 pontos na margem. Porém o indicador de incerteza mostrava deterioração em função de possíveis aumentos de juros e dos impasses quanto à busca por equilíbrio fiscal.

Considerações Finais

Pode-se observar que nos dois primeiros trimestres de 2024 o consumo das famílias teve desempenho determinante para o crescimento econômico no curto prazo. A melhora dos indicadores de emprego, junto aos ganhos de renda real, disponibilidade de crédito livre com custo menor para as dívidas, a melhoria nos índices de confiança e expectativas quanto ao futuro sustentam essa afirmação.

Porém, como indicado, o hiato positivo do produto, a distribuição desigual dos rendimentos entre as atividades econômicas, os ganhos de renda desassociados do crescimento da produtividade, o risco de inadimplência e a incerteza quanto ao comportamento dos juros e da sustentabilidade fiscal dão forte indícios de que o modelo de crescimento puxado pelo consumo das famílias se limita a impactos de curto prazo, ou seja, não se sustenta a médio e longo prazo, além de gerar potenciais inflacionários elevados.

E esses potenciais inflacionários que exigirão respostas monetárias contracíclicas deterioram o cenário econômico, principalmente, para a função investimento. Que ainda que mostrasse uma recuperação modesta, nos dois primeiros trimestres de 2024, pela sua própria natureza de tempo de maturação, é de fato a componente da demanda agregada que permitiria a sustentabilidade do crescimento econômico por períodos mais longos.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata do Comitê de Política Monetária - COPOM**. Reunião 265, setembro de 2024a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom/18092024>

_____. **Relatório de inflação junho de 2024**. vol. 26,n.2, 2024b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ri>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Indicadores de Confiança e Incerteza da FGV/IBRE**. FGV julho 2024. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files/2024-08/apresentacao-sintese-das-sondagens-julho-2024_0.pdf

INSTITUTO FISCAL INDEPENDENTE - IFI. **Relatório de acompanhamento fiscal/setembro 2024**. Brasília: Senado Federal. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-ifi?tipo=relatorio>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Carta de Conjuntura**. n. 64. 3º trimestre de 2024. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/09/240906_cc_64_nota_12_rendimentos.pdf

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Lisboa. Ed. Relógio D'água. [1936], 2010.

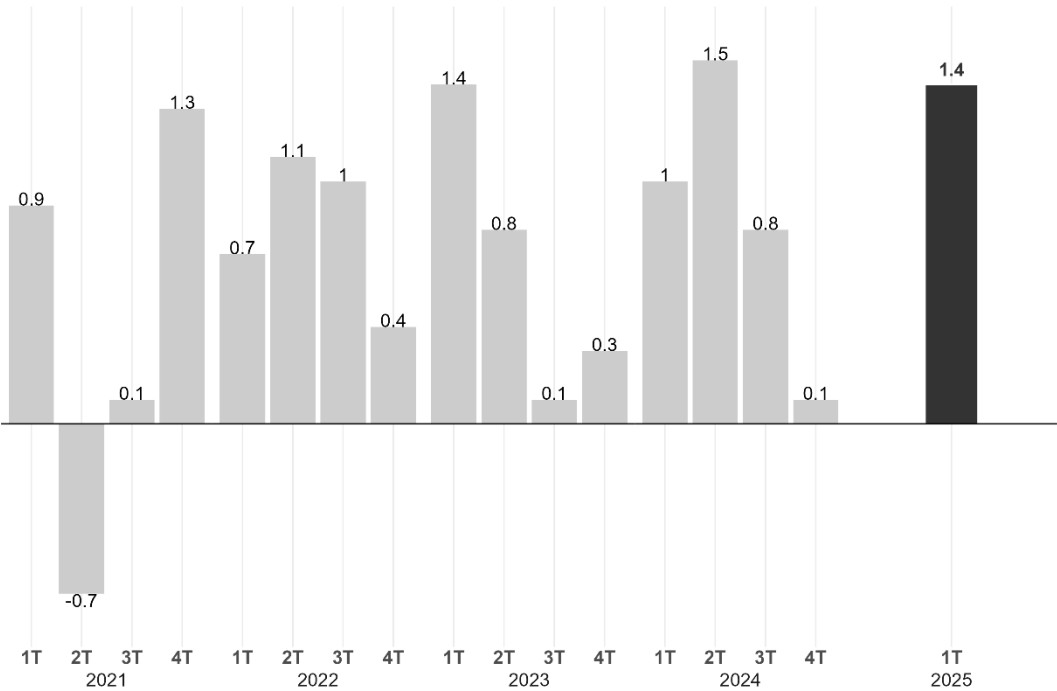
SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA/MINISTÉRIO DA FAZENDA (SPE/MF). **Panorama Macroeconômico de setembro de 2024**. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/panorama-macroeconomico/2024/panmacro_spe_slides_setembro2024.pdf

DESEMPENHO DA ECONOMIA NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2023

Felipe Gomes Madruga

Com a divulgação dos últimos dados pelo IBGE sobre o desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre de 2025, pode-se observar uma variação positiva do principal indicador da economia, com o PIB, variação em relação ao último trimestre, apresentando uma variação positiva de 1,4%, Figura 1.

Figura 1 - Evolução trimestral do PIB brasileiro Variação percentual do trimestre contra trimestre imediatamente anterior



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Tabela 1: Desagregação dos resultados do PIB

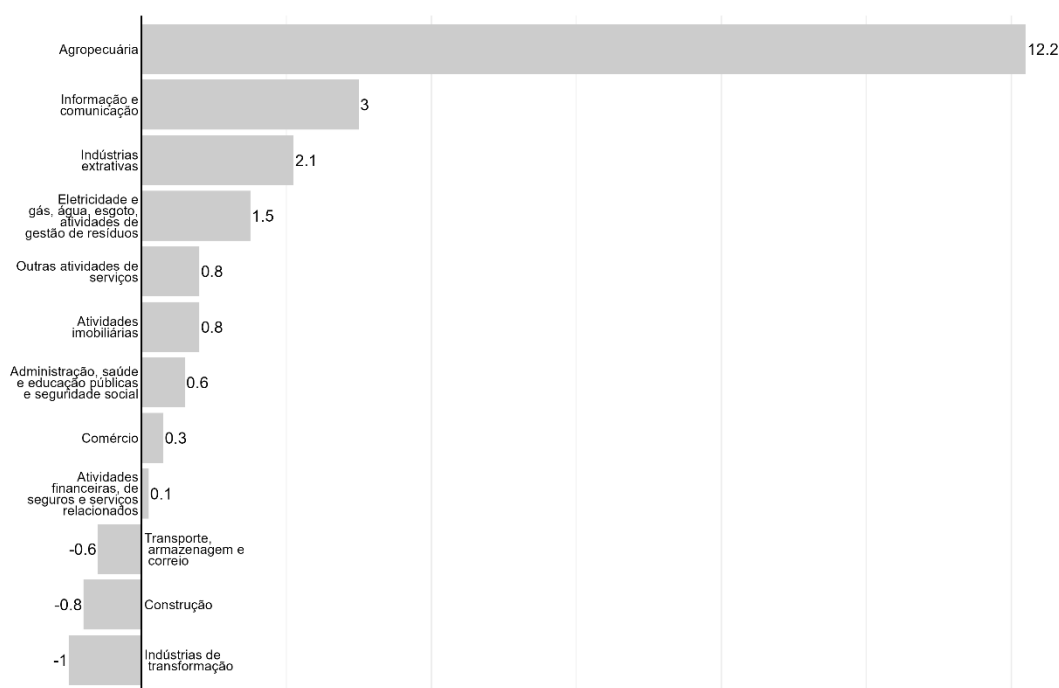
	Variação % – Trimestre contra trimestre imediatamente anterior
PIB – Ótica da Oferta	1,4
Agropecuária	12,2
Indústria	-0,1
Serviços	0,3
PIB – Ótica da Demanda	1,4
Consumo das Famílias	1,0
Consumo do Governo	0,1
Investimento	3,1
Exportações	2,9
Importações	5,9

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Esse resultado do primeiro trimestre pode ser explicado pelo desempenho muito forte apresentado pelo setor agropecuário, Tabela 1, cuja variação foi acima dos dois dígitos, 12,2%, mais do que compensando os demais componentes do lado da oferta do PIB.

Em termos desagregados, apenas três setores apresentaram um desempenho negativo no primeiro semestre, Figura 2, embora nenhum dos setores com bom desempenho consiga chegar perto do resultado da agropecuária, em parte explicada pelo ciclo de colheita de grandes culturas no qual o país apresenta vantagem competitiva, que certamente nos demais semestres do ano acabará por contribuir menos no desempenho da economia. No lado negativo, o setor de construção, com desempenho de -0,8% merece atenção nos demais semestres, pois pode sinalizar uma possível desaceleração da economia ao longo do ano, com implicações para o emprego.

Figura 2 - Evolução do PIB por subsectores no Primeiro Semestre de 2025 Variação percentual do trimestre contra trimestre imediatamente anterior



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Pela ótica da demanda, o PIB apresentou variação positiva para os investimentos, com alta da Formação Bruta de Capital Fixa de 3,1%, número que merece destaque devido ao crônico problema brasileiro de baixo investimento. Além disso, pela ótica da demanda contribui para queda do PIB o elevado valor das importações, 5,9%, muito acima do valor verificado para as exportações, 2,9%. O consumo da economia continua aquecido, embora a contribuição no trimestre do governo

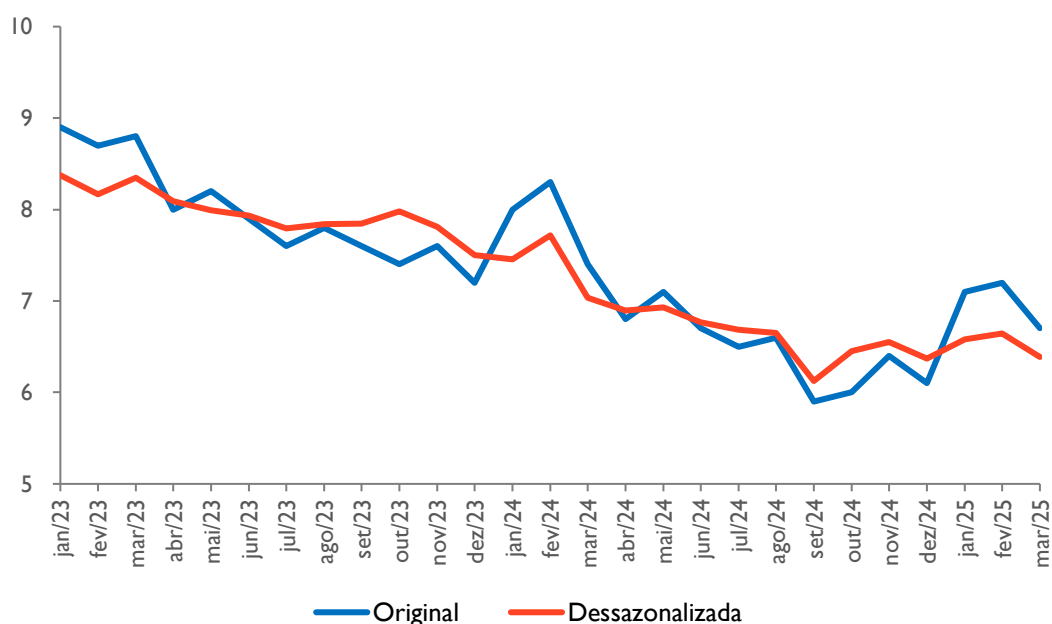
tenha vindo quase nulo, deixando um destaque para o consumo privado, 1%, confirmando que a fase positiva da economia continua sendo puxada por esse componente, este que já vem sendo motivo de preocupação por parte da autoridade monetária, visto seus esforços em aumentar a taxa de juros da economia para reduzir pressões inflacionárias.

MERCADO DE TRABALHO

Igor de Menezes Larruscaim

Nesta seção apresentamos algumas das estimativas sobre mercado de trabalho ao para o Brasil, Estado do Rio Grande do Sul e para o município de Santana do Livramento. A análise foca no período de 2024 e primeiro trimestre de 2025. Para tanto, utilizamos as estimativas sobre desocupação e rendimento da PNAD contínua, do IBGE, para a análise da conjuntura nacional e estadual e os dados do Novo CAGED, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para a análise do emprego formal no município de Santana do Livramento.

Figura 1 - Taxa de Desocupação (%) para o Brasil, 2023-2025



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata).

Durante o ano de 2024, as estimativas sobre desocupação (desemprego) indicam que o mercado de trabalho brasileiro continua aquecido, mantendo o ritmo de queda da taxa de desocupação também foi verificado em 2023. No primeiro trimestre de 2025, esse padrão se manteve.

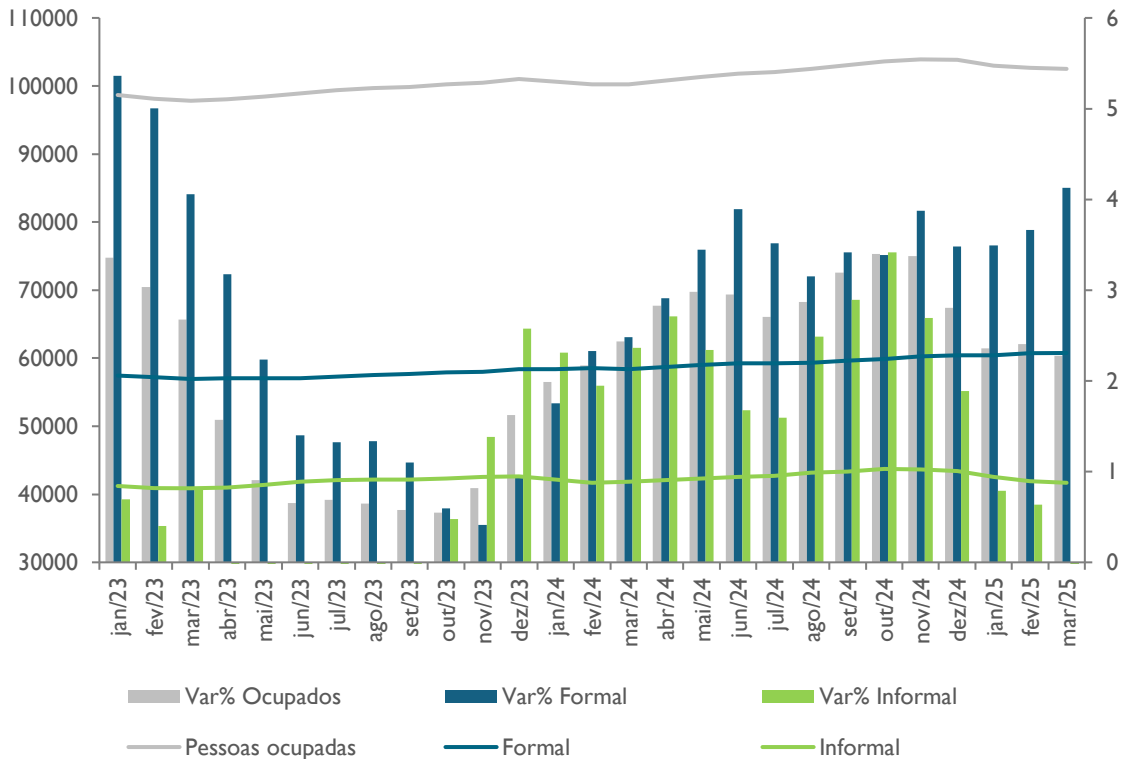
Considerando os dados dessazonalizados³, apresentados na Figura 1, houve uma redução da taxa de desocupação de aproximadamente 1,1 p.p. entre janeiro e dezembro de 2024. A taxa do primeiro mês deste período foi de 7,5% e de 6,4% para o último mês. O movimento de queda foi

³ A dessazonalização dos dados foi realizada através do método x13-ARIMA-Seats (US Census Bureau, 2015).

mais intenso no primeiro semestre, em junho a estimativa foi de 6,8%, uma redução de 0,7 p.p. Já para julho, o resultado foi de 6,7%, logo, no segundo semestre a redução da taxa de desocupação foi de 0,3 p.p. Em 2025, a taxa se manteve em aproximadamente 6,6% em janeiro e fevereiro e voltou à 6,4% em março, último mês do primeiro trimestre.

Os dados da PNAD Contínua também apontam para uma expansão do volume de emprego com o crescimento da população ocupada. Na Figura 2, podemos identificar esse crescimento ao longo de 2024, representados pelas linhas, que apresentam uma leve tendência de alta. O número de pessoas ocupadas passa a aumentar a partir do mês de abril, apresentando o maior valor em novembro, chegando à aproximadamente 103,9 milhões de pessoas. O ano fecha com uma pequena redução de 0,08%, ficando em aproximadamente 103,8 milhões de pessoas em dezembro.

Figura 2 – Número de pessoas ocupadas total e por vínculo (em 1000) e variação anual (em %) para o Brasil, 2023 - 2025⁴



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata).

Todos os meses de 2024 apresentaram uma variação interanual positiva em relação à 2023, ou seja, em todos os meses o número de pessoas ocupadas foi maior do que no mesmo mês do ano

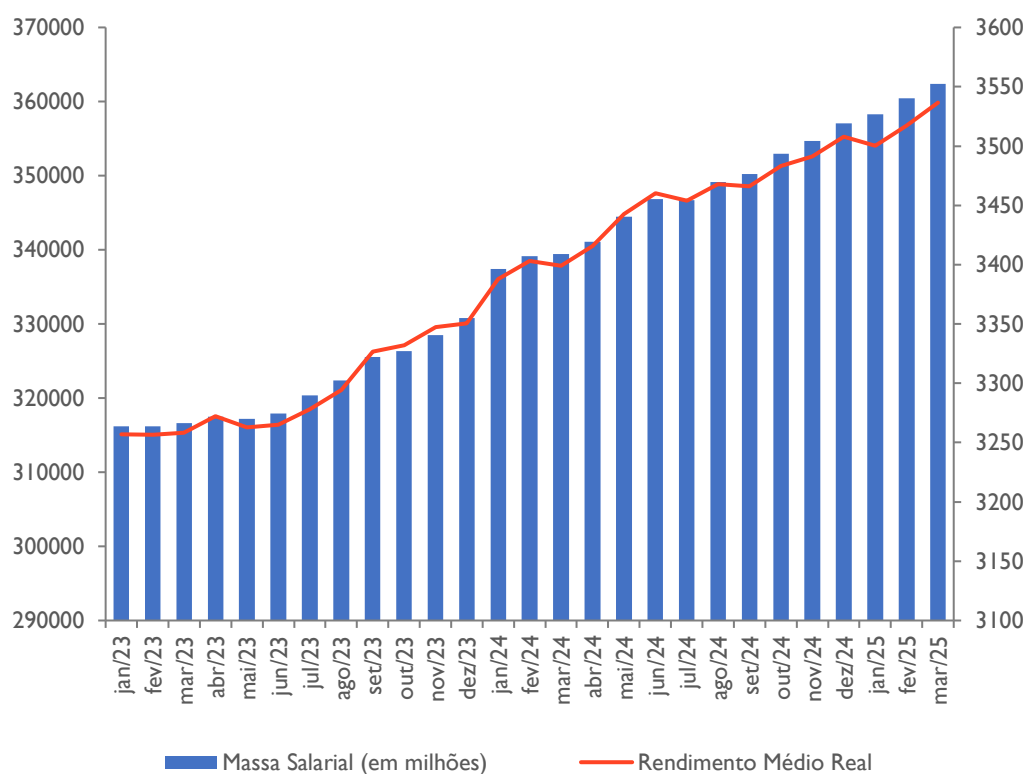
⁴ Para a definição de formal e informal é utilizada a classificação por vínculo da própria PNADc. Formal: empregado no setor privado com carteira, doméstico com carteira, empregado no setor público com carteira, estatutário e militar, conta própria com CNPJ e empregador com CNPJ. Informal: empregado no setor privado sem carteira, doméstico sem carteira, empregado no setor público sem carteira, conta própria sem CNPJ, empregador sem CNPJ e trabalhado auxiliar familiar.

anterior, como mostram as barras no gráfico da Figura 2. Mesmo como a redução na margem, em dezembro de 2024 a população ocupada era 2,8% maior do que no mesmo período do anterior. Nos meses do primeiro trimestre de 2025, a população ocupada apresentou uma redução em relação aos meses anteriores. Em janeiro, a redução foi de 0,82% em relação a dezembro, em fevereiro a queda foi de 0,3% e em março de 0,18%. No entanto, na comparação interanual as taxas continuam sendo positivas. Em janeiro, o número de ocupados foi 2,36% maior do que no mesmo mês do ano anterior, em fevereiro o crescimento foi de 2,41% e em março foi de 2,27%.

O crescimento da população ocupada em 2024, ocorreu tanto para as pessoas com vínculos de emprego formais quanto informais. Na comparação interanual, a expansão do emprego formal foi maior do que para o emprego informal para todos os meses, com exceção de janeiro, onde a variação em relação ao mesmo mês do ano passado foi de 1,75% para vínculos formais e 2,31% para vínculos informais e em outubro, quando o crescimento do emprego formal foi de 3,38% e do emprego informal foi de 3,41%.

Entre novembro de 2024 e os primeiros meses de 2025, o número de pessoas ocupadas com vínculos informais vem se reduzindo na margem e as ocupações formais vem crescendo. As reduções mais significativas foram em janeiro em relação a dezembro, com a estimativa de redução de 2,04% e depois em fevereiro, com queda de 1,34% em relação a janeiro. Na comparação interanual, o ritmo de crescimento da ocupação informal também vem se reduzindo nos primeiros meses de 2025, chegando a apresentar valor negativo de 0,31% em março comparativamente ao mesmo período de 2024. Por outro lado, o número de pessoas ocupadas com vínculo formal continua crescendo na margem e na comparação interanual. O resultado mais expressivo ocorreu em março com um crescimento de 4,12% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Ao longo de todo ano de 2024, a composição do trabalho manteve o padrão, com 58% da população ocupada apresentando vínculos formais e 42% em situação de trabalho informal. Em 2025, houve uma pequena mudança, com 59% e 41%, respectivamente.

Figura 3 - Massa de rendimento real e rendimento real médio dessazonalizados para o Brasil, 2023 - 2025



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata).

Assim como a população ocupada, em 2024 o rendimento⁵ médio manteve o ritmo de crescimento apresentado no ano de 2023, com um aumento ainda mais acentuado em relação ao ano anterior, resultado apresentado na linha do gráfico da Figura 3. Considerando a série dessazonalizada, o rendimento médio estimado foi de R\$ 3448,30 para o ano de 2024. Esse indicador apresentou uma alta desde o mês de janeiro chegando aos maiores valores estimados em novembro e dezembro, sendo aproximadamente R\$ 3491,00 e R\$ 3508,00, respectivamente, sendo 4,3% e 4,7% maiores do que os valores apresentados para o mesmo mês do ano anterior. No início de 2025, o crescimento se manteve, mesmo com uma redução em janeiro, as estimativas de fevereiro e março mostram valores acima da média dos rendimentos de todo ano passado com o valor de R\$ 3517,00 e R\$ 3537,00, respectivamente, o que representa um crescimento de 3,4% e 4%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior.

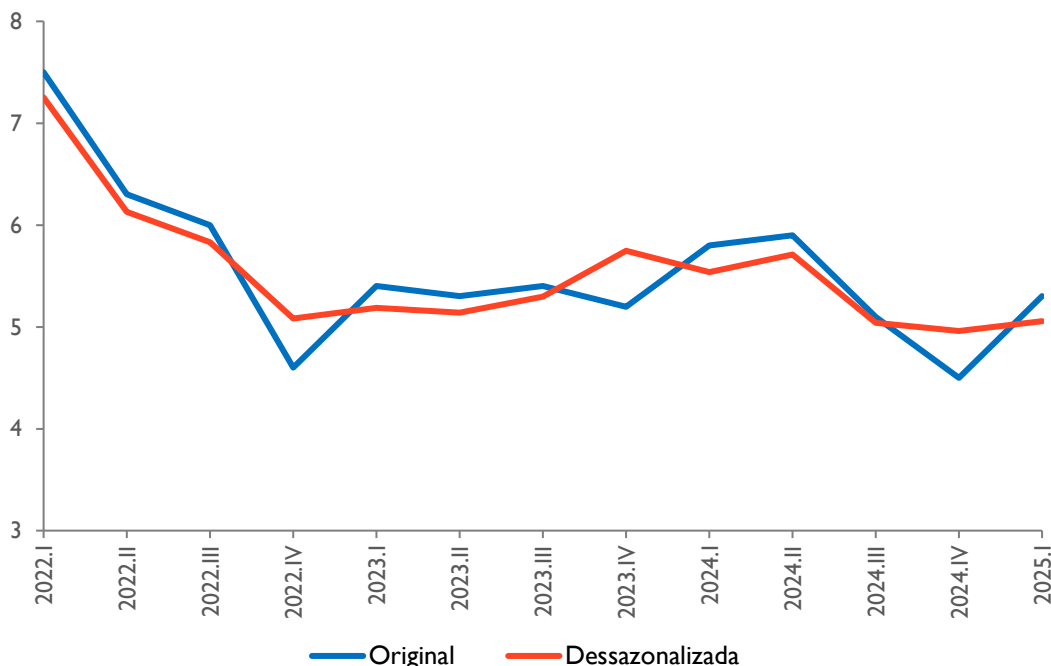
Essa expansão do rendimento também é representada pelo crescimento da massa salarial⁶, descrita pelas barras no gráfico da Figura 3. Considerando os dados dessazonalizados, a soma dos

⁵ O rendimento considerado é o rendimento médio real efetivamente recebido em todos os trabalhos por, deflacionados pelo IPCA do penúltimo mês da série.

⁶ A massa salarial é a soma dos rendimentos brutos, em valores reais, efetivamente recebidos em todos os trabalhos no mês de referência da PNADc.

salários apresentou uma tendência de alta desde o segundo semestre de 2023, com crescimento contínuo ao longo de todo ano de 2024, chegando a R\$ 357.049 milhões em dezembro. Em 2025, esse crescimento se manteve, chegando à estimativa de R\$ 362.370 milhões em março.

Figura 4 - Taxa de Desocupação (%) para o Rio Grande do Sul, 2022-2025



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADc do IBGE (Ipeadata).

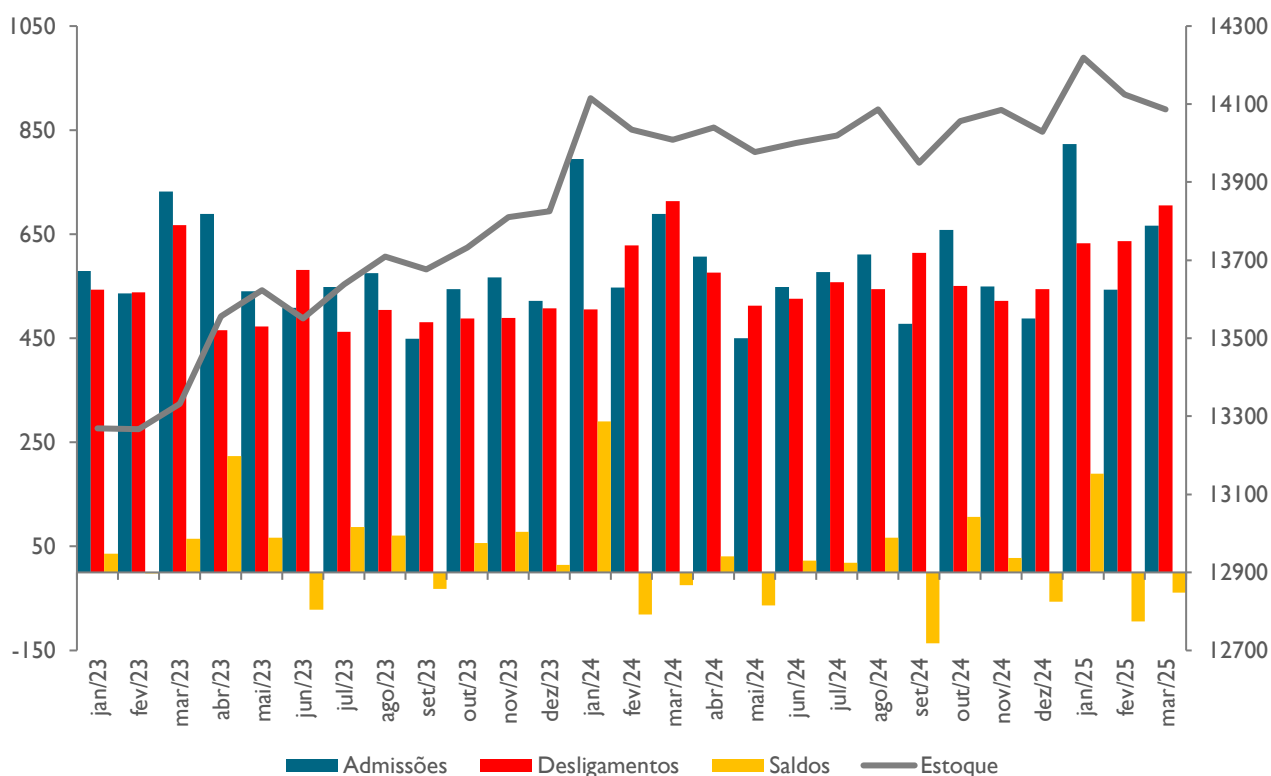
Para o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, a Figura 4 apresenta as estimativas da taxa de desocupação de 2022 até o primeiro trimestre de 2025⁷. Considerando os dados dessazonalizados, a taxa de desocupação do estado é menor do que a taxa para o Brasil. No primeiro trimestre de 2024, houve uma elevação em relação ao último trimestre de 2023, chegando a taxa de 5,54% e no segundo trimestre chegou a 5,71%, correspondendo a um aumento de 0,35 p.p. e 0,57p.p. em relação aos mesmos períodos do ano anterior. A partir do terceiro trimestre de 2024, a taxa de desocupação passa a apresentar uma redução, chegando a 5% no terceiro trimestre, se mantendo em um patamar muito próximo no quarto trimestre (4,96%). No primeiro trimestre de 2025, a taxa volta a apresentar um pequeno aumento chegando a 5,06%, mas ainda assim representando uma redução de 0,48 p.p. em relação a taxa estimada para o mesmo período do ano anterior.

Sobre o mercado de trabalho no município de Santana do Livramento, dispomos apenas do movimento no mercado formal, a partir dos dados do Novo Caged, já que os dados sobre

⁷ Os dados para o Rio Grande do Sul são apresentados em trimestres, pois os dados da PNADc para os estados não estão disponíveis em valores mensais.

desocupação da PNAD contínua não são disponibilizados ao nível dos municípios. Os dados do Novo CAGED são obtidos a partir dos registros de admissões e desligamentos realizados pelas próprias empresas no E-Social, os dados utilizados aqui, são os dados com ajustes, isto quer dizer que consideram as declarações entregues fora do prazo e contabilizados posteriormente, por isso pode haver divergências quando aos resultados apresentados em outras edições desta publicação.

Figura 5 – Admissões, desligamentos e estoque de trabalhadores em Santana do Livramento, 2023-2025



Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Novo CAGED (MTE)

O mercado de trabalho formal do município apresentou um crescimento do emprego no ano de 2024. Comparando os resultados de dezembro, último mês do ano, o estoque⁸ de trabalhadores, representado pela linha do gráfico da Figura 5, cresceu em 1,4% comparativamente ao mesmo período de 2023, com a quantidade de 14029 registros. Durante esse ano, o número total de admissões, superou o número total de desligamentos, gerando um saldo positivo de 204 registros. Janeiro foi o mês que apresentou o maior número de admissões, com 795 contratações, gerando um saldo de 290, maior registro da série de 2024. Em janeiro de 2025, o saldo do mercado de trabalho também foi positivo, com 823 admissões, gerando um saldo de 190 admissões a mais do

⁸ Estoque se refere a quantidade de trabalhadores verificada em um dado período. Neste caso, ao número total de trabalhadores com vínculo formal.

que desligamentos. No entanto, nos meses de fevereiro e março ocorreram mais desligamentos do que admissões, gerando saldos negativos de 94 e 39 registros, respectivamente. Ainda assim, o estoque de trabalhadores se manteve 0,6% e 0,5%, respectivamente, maior do que no mesmo período do ano anterior.

OVINOCULTURA NO PAMPA GAÚCHO: NOVAS PERSPECTIVAS

Debora Nayar Hoff

Joélio Farias Maia

Geise Loreto Laus Viegas

Leonardo de Melo Menezes

Introdução

Junto com a bovinocultura, a ovinocultura é uma das principais atividades pecuárias desenvolvidas no Rio Grande do Sul. Mas, apesar da longa história que acompanha sua produção no estado e, em especial, na Região da Fronteira Oeste, esta modalidade pecuária nunca teve evidenciada sua real importância como promotora do desenvolvimento local (BARRETO, 2011). A ovinocultura, assim como a criação de bovinos, é uma atividade muito representativa da pecuária familiar, categoria social esta relacionada a aspectos territoriais (materiais e imateriais) do Pampa Gaúcho, muito a partir de seu modo de vida e atividades econômicas em consonância para com o território (MAIA, 2022).

A história da produção ovina na Região da Fronteira Oeste se confunde com a história do território. Dado seu porte e fácil manejo, além da robustez das raças produzidas, de longa data é usada como parte da alimentação dos trabalhadores que atuam nas propriedades rurais, inclusive daquelas especializadas na produção pecuária bovina. No entanto, sua consolidação como atividade econômica só ocorreu no início do século XX, em função da valorização da lã, principalmente no mercado internacional. Tal desenvolvimento evidencia-se a partir da década de 1940, com o incremento tecnológico da produção de lã (VIANA; SILVEIRA, 2009).

É na lógica da produção da lã, a partir de raças laneiras e mistas, que ocorre a principal exploração econômica da ovinocultura durante o século XX. Isso implicava o formato de desenvolvimento dos sistemas produtivos, que buscavam a maximização da produção de lã, tendo a produção de carne como um produto secundário, suprindo apenas o consumo interno dos estabelecimentos rurais (VIANA; SILVEIRA, 2009). Importante destacar que este padrão de ovinocultura emprega um nível tecnológico muito baixo. O animal era produzido de forma extensiva e o objetivo era simplesmente esquilhar o animal adulto uma vez ao ano, com pouca preocupação em produção de carne, acompanhamento de taxas reprodutivas, de ganhos de peso ou mesmo mortalidade do rebanho (que chegava a 50%). O lucro advinha da escala produtiva, porque eram produzidos grandes rebanhos em largas faixas de terra.

Ao final da década de 1980, os elevados estoques australianos de lã e o início da comercialização de tecidos sintéticos na indústria têxtil internacional, trouxeram uma crise sem precedentes para o mercado laneiro. Tal crise se estendeu pela década de 1990, fazendo com que muitos produtores desistissem da atividade. Esta dinâmica teve impacto importante na redução dos rebanhos comerciais e na desestruturação da cadeia produtiva (BOFILL, 1996; NOCCHI, 2001). Outra explicação encontrada para o desaquecimento do setor estaria relacionada aos ciclos produtivos mais rápidos da agricultura, os quais fizeram os produtores rurais migrarem para a este ambiente produtivo em detrimento do uso da terra para a produção pecuária ovina (BARRETO, 2011).

Todo este movimento ocorre em uma região que busca alternativas para retomar suas dinâmicas de desenvolvimento. A Região da Campanha Gaúcha, que já fora de economia pujante durante as primeiras décadas do século XX, vem encontrando dificuldades na superação da estagnação econômica que vive desde a década de 1980. Vários movimentos vêm sendo feitos, desde lá, para contribuir para a superação da estagnação e gerar movimentos econômicos que propiciem novos ciclos de prosperidade regional.

Estes movimentos passam por políticas públicas tais como: os assentamentos rurais, a partir da década de 1980, o incentivo ao desenvolvimento da fruticultura, no final da década de 1990 (RATHMANN, et al., 2008), o desenvolvimento do ensino superior público e de qualidade via inserção da UERGS, desde 2001 e Unipampa, a partir de 2006, instalação do parque eólico, a partir de 2009 (a ser eletrificado em 2021), o desenvolvimento do turismo enogastronômico, a partir de 2013, o incentivo à formalização das agroindústrias locais e maior fiscalização e suporte técnico a estas.

Passam também por impactos de políticas públicas ocorridas do outro lado da fronteira, como é o caso do desenvolvimento do turismo comercial, que se desenvolveu a partir da instalação dos *freeshops* no Uruguai e que acabam por despertar o interesse no desenvolvimento do turismo receptivo. Este último tende a ser acelerado com a descoberta de águas termais na região, a partir de 2017, com os eventos ligados a gastronomia e com a articulação de outros setores emergentes, que diversificam seu portfólio de atividades incluindo o turismo, como é o caso da vitivinicultura e da olivicultura.

Olivicultura e vitivinicultura compõem algo mais amplo que pode ser classificado como movimentos locais que contribuem para a emergência de novos setores produtivos. Estão entre os setores emergentes a vitivinicultura, a olivicultura, a produção orgânica de hortifrutigranjeiros, as microcervejarias e o desenvolvimento da cadeia produtiva de leite e laticínios. Associada a este

movimento está a profissionalização do agronegócio local e pela criação de uma identidade territorial para os produtos oriundos da região. Este é o caso da indicação de procedência “Campanha Gaúcha” para os vinhos e espumantes aqui produzidos e a indicação de procedência Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional. Todavia, há nesses movimentos particularidades que devem ser observadas, visando uma maior inclusão de atores sociais intimamente relacionados ao Pampa, como é o caso de agricultores, pecuaristas familiares e comunidades de povos tradicionais.

Todos estes movimentos estão contribuindo para uma mudança das dinâmicas econômicas locais e para a construção de novas perspectivas e oportunidades para os setores historicamente vinculados ao desenvolvimento econômico regional. Observando-se a pecuária ovina, oportunidades surgem com o turismo receptivo, com as indicações geográficas, com o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de leite e laticínios regional e com mudanças nas características do mercado têxtil contemporâneo.

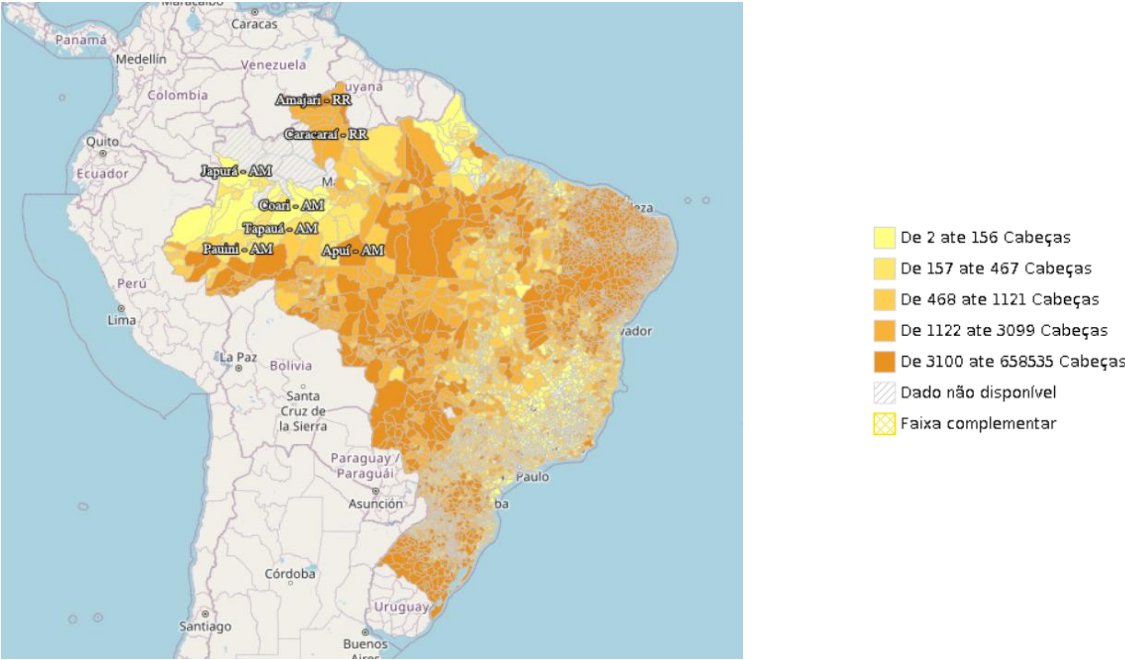
É neste contexto que se desenvolve este texto, pensando-se que a ovinocultura pode ser mais um dos setores produtivos a contribuir para o resgate da dinâmica de desenvolvimento regional e que este movimento que vai se moldando pode contribuir para que o setor trace novos rumos para si, este texto busca explorar alguns tópicos que ajudam a estabelecer um panorama recente e perspectivas para o setor. Serão trabalhados então aspectos do rebanho produtivo, da produção de carne, de lã e de leite e laticínios relacionados à pecuária ovina. Importante destacar que o conjunto de dados disponíveis sobre as atividades produtivas relacionadas aos ovinos é bastante limitado, impedindo algumas análises mais localizadas e obrigando a trabalhar com uma série de dados mais restrita no tempo (2007 a 2016 ou algo próximo a este intervalo de tempo).

EVOLUÇÃO DO REBANHO

O principal volume do rebanho ovino brasileiro encontra-se distribuído entre os estados do Nordeste, em especial no interior da Bahia e Pernambuco e no Rio Grande do sul, em especial na Região da Campanha Gaúcha, conforme pode ser observado na figura 1 e 2.

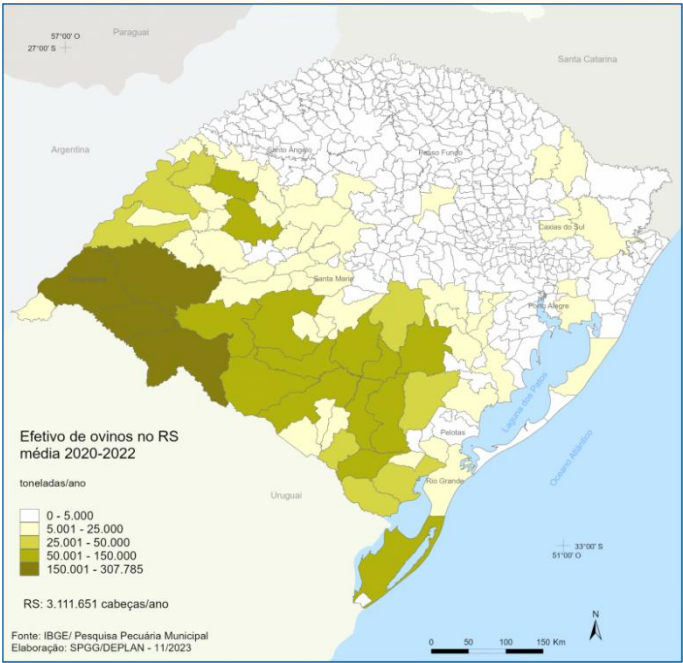
De acordo com dados do IBGE (2025), o Brasil tinha, em 2023, 21.792.139 animais no rebanho ovino do país. Os principais estados produtores respondem em conjunto por 75,23% deste rebanho, distribuído da seguinte forma: 22,97% na Bahia, 16,86% em Pernambuco, 15,43% no Rio Grande do Sul, 11,67% no Ceará e 8,30% no Piauí. O restante dos estados tem participações relativas iguais ou menores do que 4% do rebanho.

Figura 1 – Visão Territorial do Efetivo de Rebanho Ovino no Brasil em número de cabeças, para o ano de 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2025.

Figura 2 – Efetivo médio do contingente ovino por região no estado do Rio Grande do Sul (2020-2022).



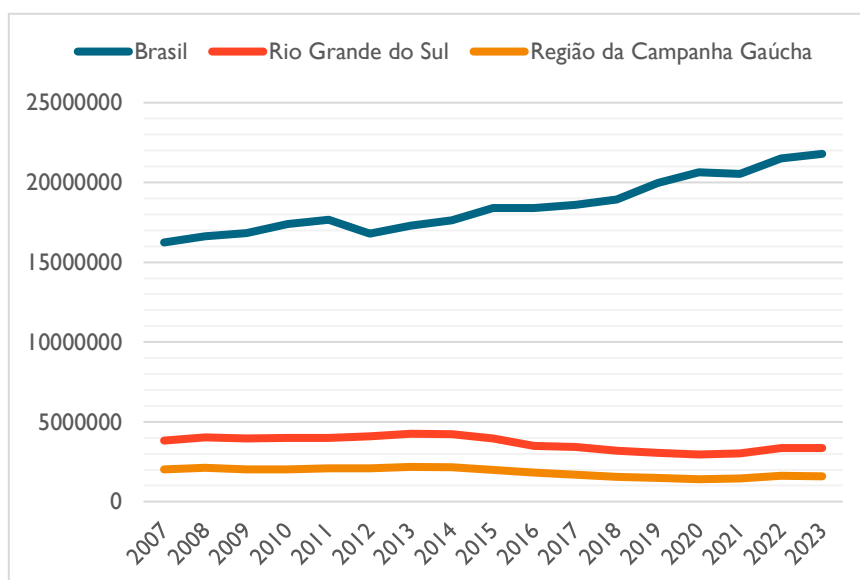
Fonte: ASR, 2025

Observando-se os dados relativos ao rebanho gaúcho, é possível afirmar que este vem reduzindo sua importância relativa em relação ao rebanho brasileiro. Representava 24% do rebanho nacional em 2007 e caiu para 18% em 2017 e para 15,43% em 2023 (o Rio Grande do Sul chegou a

responder por 33% do rebanho gaúcho no ano de 2000). Esta mudança reflete uma redução do rebanho do Rio Grande do Sul, em especial a partir de 2014 (o rebanho reduziu em 20% no período de 2014 a 2017). A Região da Campanha responde por cerca de 47,60% do rebanho gaúcho em 2023 e por 7,34% do rebanho nacional.

Destaque-se que o rebanho nacional cresceu 34,19% no período analisado (eram 16.239.455 de animais em 2007 e 21.792.139 em 2023). O movimento observado no Rio Grande do Sul e na Região da Campanha são distintos da tendência Nacional. Em 2007 o rebanho gaúcho era de 3.830.061 ovelhas e a região da campanha respondia por 2.019.550 destas. Em 2023 o rebanho gaúcho foi reduzido para 3.361.471 animais, dos quais 1.600.010 estavam na região da Campanha Gaúcha, uma redução de 12,23% no rebanho do estado e de 20,77% na região (IBGE, 2025). Estas tendências podem ser observadas na figura 3

Figura 3 – Efetivo do rebanho ovino do Brasil, Rio Grande do Sul e Região da Campanha Gaúcha entre 2007 e 2023, em número de animais



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2025.

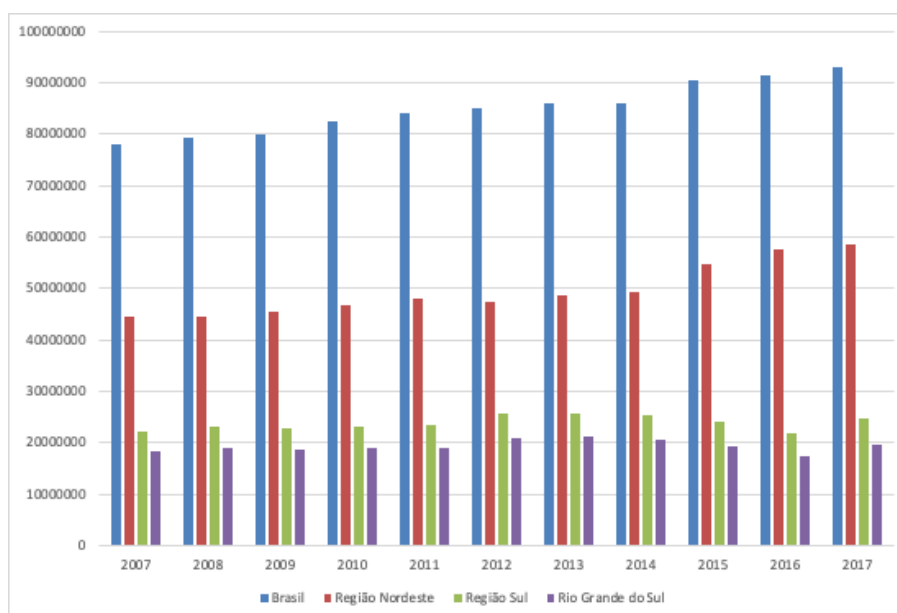
PRODUÇÃO DE CARNE DE OVINOS

Neste item, tem-se uma limitação de dados disponíveis. As estimativas de produção de carne ovina localizadas restringem-se ao período de 2007 a 2017. Informações mais recentes sempre fazem menção ao rebanho, já analisado neste texto, ou a produção de carne ovina e caprina combinada. Considerando estas limitações, será apresentada a análise dos dados disponíveis para

a estimativa de produção de carne ovina para o período disponível (2007 a 2017), considerando-se dados para Brasil, Região Nordeste, Região Sul e Rio grande do Sul (figura 4).

Ao analisar a produção de carne ovina, no Brasil, de 2007 a 2017, percebe-se um crescimento de 19% no total produzido, que aumenta de 78,1 mil toneladas para 93,0 mil toneladas. Este crescimento é explicado pela ampliação da produção de carne ovina no Nordeste do país, que aumenta de 44,6 mil toneladas para 58,6 mil toneladas no período analisado (um crescimento de 31%). A taxa de crescimento da produção gaúcha para o mesmo período foi bem mais modesta. Em 2007 o RS produziu 18,4 mil toneladas de carne ovina, chegou a produzir 21,1 mil toneladas em 2013 e termina 2017 com 19,7 mil toneladas produzidas (um crescimento de apenas 7% no período). Importante destacar que o ano de 2016 apresentou uma retração ainda maior da produção gaúcha, que chegou a 17,3 mil toneladas e que 2017 deu sinais de recuperação da produção. Estas variações podem ser observadas na figura 4.

Figura 4 - Estimativa da Produção de Carne Ovina para Brasil, Regiões Nordeste e Sul e para o Rio Grande do Sul, de 2007 a 2017



Fonte: EMBRAPA, 2021.

Sendo a Campanha Gaúcha a principal região produtora de ovinos no RS (afirmativa permitida pela distribuição regional do rebanho gaúcho, mencionada acima) é possível abstrair que a produção de carne ovina na Campanha venha comportando-se nas mesmas taxas de crescimento da produção gaúcha. Ou seja, há uma dinâmica menos robusta no setor observado regionalmente do que aquela vista em âmbito nacional. Por outro lado, existem percepções de que a carne ovina tem potencial no mercado nacional.

De acordo com o SEBRAE/RS (2020), as carnes mais conhecidas e consumidas no Brasil são as de frango, bovina e suína. Neste levantamento foi identificado que o consumo de carne ovina era de apenas 400 gramas por habitante ao ano, o que é pouco ao ser comparado com um consumo médio de 44 kg de carne de frango, 35 kg de carne bovina e 15 kg de suína ao ano. Em outro estudo, é sinalizado que o consumo per capita de carne ovina no Brasil ainda é considerado muito baixo quando comparado com o consumo médio mundial. Em 2024, a média foi de 0,519 kg por habitante, parecido com o valor do ano anterior, mas bem inferior à média mundial, estimada em 1,8 kg/habitante/ano (CEPEA, 2025).

Outro dado relevante apresentado pelo SEBRAE/RS é que uma pesquisa recente da Embrapa indicou que 12% dos consumidores do país nunca sequer experimentaram a carne vinda de ovelhas, carneiros ou cordeiros. Ou seja, existe um mercado potencial importante e o Rio Grande do Sul detém competência na produção deste tipo de rebanho, além de condições de clima, solo e pastagem para fazê-lo em condições competitivas.

Neste contexto, o Ministério da Integração Nacional desenvolveu, em parceria com várias instituições, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro. Este Plano está inserido em um projeto maior, chamado Rotas de Integração Nacional, as quais são redes de Arranjos produtivos Locais, “setorialmente e territorialmente interligados que promovem a inovação a diferenciação, a competitividade e a lucratividade dos empreendimentos associados, mediante o aproveitamento das sinergias coletivas e a ação convergente das agências de fomento, contribuindo para o desenvolvimento regional” (MIN, 2017, p. 15).

De acordo com o documento do MIN (2017), a estruturação da cadeia produtiva da ovinocultura e da caprinocultura (ambas são tratadas dentro da Rota do Cordeiro) é estratégica para o desenvolvimento regional, uma vez que envolve, direta e indiretamente, um grande número de ocupações e postos de trabalho e renda gerados, especialmente para pequenos produtores rurais em regiões de baixa renda em todo o país, principalmente se observadas as particularidades inerentes ao modo de vida de pecuaristas familiares do Pampa Gaúcho.

Este setor, de acordo com estudos da EMBRAPA, apresenta precárias condições tecnológicas, os baixos índices de produtividade e a falta de informações de mercado confiáveis. “A baixa adoção de tecnologia, aliada a escassa organização dos produtores, tem perpetuado a ovinocultura e a caprinocultura como atividades de subsistência, desperdiçando o potencial econômico dessas atividades, cuja contribuição é fundamental para a economia de diversos países” (MIN, 2017, p. 19). De acordo com o documento, o desenvolvimento do setor fica comprometido pela dificuldade de se estabelecer uma conexão melhor entre produção, processamento e mercado. Assim, apesar dos

expressivos rebanhos de ovinos e caprinos existentes, a maioria dos frigoríficos certificados opera com capacidade ociosa, por falta de animais para abate. Para se ter uma ideia dos limites setoriais, parte da demanda por carnes é atendida por importações. “Já no segmento de couros, a pele de ovinos e caprinos é exportada como wet blue, produto da fase mais poluente do curtimento, e importada com acabamento final” (MIN, 2017, p. 19).

O Plano Rota do Cordeiro incentivava a formação de sistemas agroindustriais nos polos, onde os produtores são incentivados a contratualizar o fornecimento à empresas locais (frigoríficos, abatedouros, curtumes), mas também são incentivados a desenvolver beneficiamento de base familiar (laticínios, embutidos, artesanato em couro) de grande valor comercial e cultural (MIN, 2017). Santana do Livramento foi município sede de um dos polos previstos no Plano Rota do Cordeiro, o Polo Fronteira Oeste – Pampa Gaúcho. A Unipampa, a UERGS, a ARCO (Associação Brasileira de Criadores de Ovinos) são algumas das instituições envolvidas no projeto.

Em 2025, este programa foi substituído pelo Programa Rota da Ovinocultura, também uma iniciativa do governo federal brasileiro, vinculada às Rotas de Integração Nacional (BRASIL, 2025). Os principais objetivos do programa são:

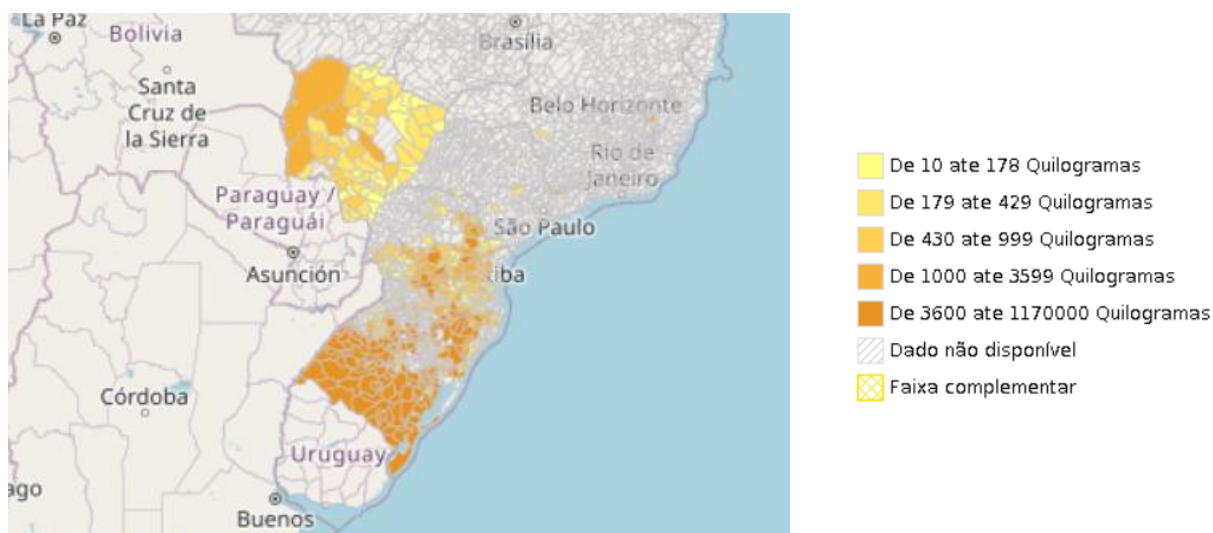
- **Fortalecer a cadeia produtiva da ovinocultura:** o programa visa integrar e desenvolver os quatro principais subprodutos da ovelha — carne, lã, leite e pele — promovendo a diversificação e o aumento do valor agregado dos produtos (BRASIL, 2025).
- **Desenvolvimento regional e territorial:** a iniciativa busca impulsionar o desenvolvimento econômico e social de regiões com potencial para a ovinocultura, promovendo a inclusão produtiva e a geração de renda (BRASIL, 2025).
- **Articulação de atores locais:** o programa estimula a formação de sistemas agroindustriais integrados nos polos, incentivando associações e cooperativas de agricultores familiares a contratualizar o fornecimento a empresas locais, além de desenvolver iniciativas próprias de beneficiamento de base familiar (ACCO, 2024).

Estão entre as estratégias de implementação a estruturação de uma governança regional da atividade — sendo Sant’Ana do Livramento um dos municípios cotados para coordenar o polo Fronteira Oeste (BRASIL, 2025) —, capacitação e assistência técnica com o apoio de instituições como Embrapa, Sebrae e Codevasf (BRASIL, 2025), investimentos em infraestrutura, como a implantação de abatedouros frigoríficos com certificação federal (BRASIL, 2024), e a provisão de financiamentos específicos para o setor (ACCO, 2024).

PRODUÇÃO DE LÃ

A Região Sul responde por quase toda a produção de lã do Brasil. Os dados da Embrapa (2021) indicam que entre 2007 e 2016 algo entre 98% e 99% de toda a lã produzida no Brasil veio desta região do país. O restante encontrava-se especialmente no Mato Grosso do Sul. Este dado se repete nas estatísticas do ano de 2023. Das 8.545 toneladas de lã produzidas no Brasil, 99,63% vêm da Região Sul, sendo que o estado do Rio Grande do Sul responde sozinho por 95,56% da produção nacional. A região da Campanha Gaúcha é um importante produtor de lã dentro do RS (produz 57,58% da lã oriunda o RS), conforme pode ser observado na figura 5. Sant’Ana do Livramento, que faz parte desta região é responsável por 14,33% da produção do Estado, sendo o principal município produtor de lã dentro do Rio Grande do Sul.

Figura 5 - Visão Territorial de Produção de Lã de Ovino, em Kg, para o ano de 2023



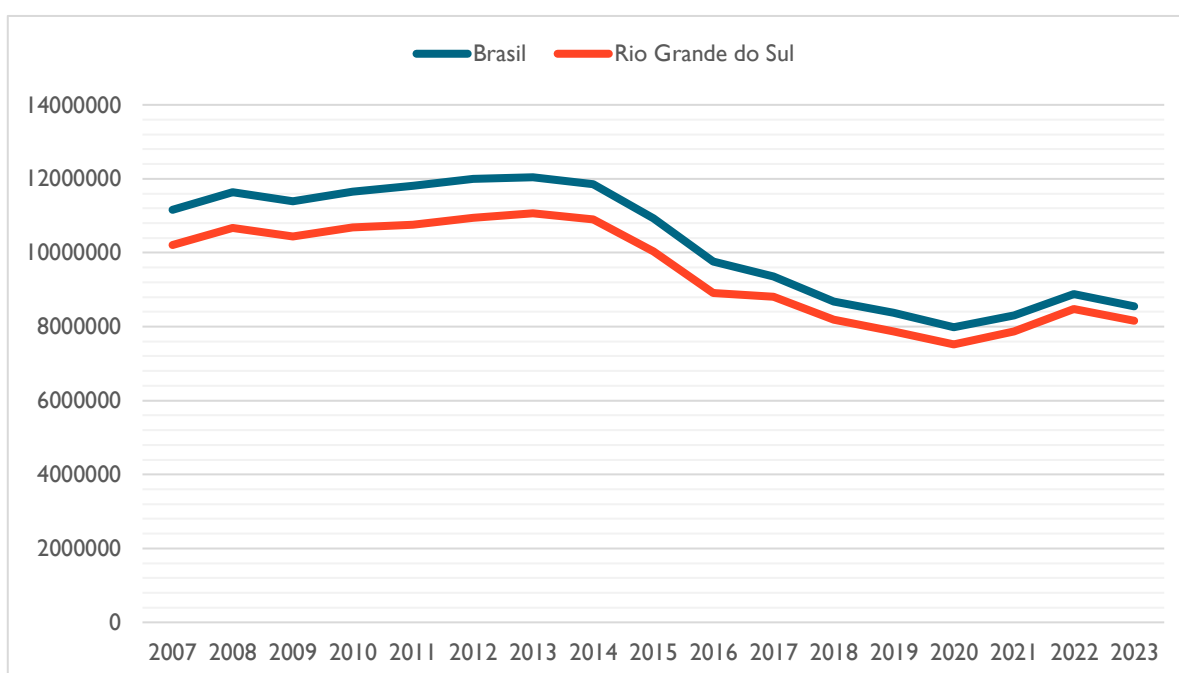
Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2025.

Ao observar-se os dados para o período em análise (Figura 6), pode-se dizer que tem-se uma certa estabilidade produtiva até 2013 e uma queda acentuada a partir de 2015, que permanece até 2021, após o que observa-se uma leve tendência de recuperação.

Entre 2007 e 2021 a produção gaúcha de lã diminuiu 22,91%, mesmo comportamento encontrado na produção nacional (25,64% de queda observada no mesmo período). A produção nacional aumenta em 7,06% e a gaúcha em 7,68% em 2022, comparado com o ano de 2021, voltando a ter uma retração no ano seguinte (3,81% e 3,63% respectivamente) ao se comparar a produção de 2023 com a de 2022.

Esta que já foi uma importante atividade econômica na Campanha Gaúcha, com a presença inclusive de um grande lanifício, vem buscando alternativas para recuperar sua dinâmica econômica. É uma atividade que compete com fibras sintéticas, quando busca segmentos de mercado de menor poder aquisitivo. Por outro lado, precisa alcançar requisitos estabelecidos em âmbito internacional, quando quer estabelecer-se em segmentos de mercado que pagam melhor preço prêmio. A retomada de uma atividade industrial ligada a produção de lã é uma promessa em construção, assim como a adaptação dos rebanhos para espécies com potencial produtivo mais competitivo internacionalmente.

Figura 6 – Produção Brasileira e Gaúcha de lã entre 2007 e 2023, em Kg



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2025.

No ambiente de maior lucratividade, os padrões competitivos incluem a exigência de uma fibra de fios mais longos e finos, o que impactará no perfil do rebanho ovino voltado para a atividade. O padrão internacional sinaliza a preferência contemporânea por lãs oriundas da raça Merino, que são lãs bastante finas, portanto macias e também brilhantes. A raça Merino não é a mais comumente criada no Brasil, que conta com outras raças de aptidão laneira.

Algumas propriedades rurais da região da Campanha Gaúcha têm apostado na especialização do rebanho laneiro, com as raças merino australiano, ideal, corriedale e romney marsh. Essas fornecem distintas espessuras de lã (KERVALT, 2021). Isso vem motivado por mudanças nas tendências do mercado têxtil internacional, o qual vem priorizando fios naturais em detrimento dos fios sintéticos e fibras de coloração natural às tingidas. Tais tendências emergem no ambiente

que discute questões relativas à preservação ambiental e busca construir padrões de consumo mais sustentáveis, o que inclui uma volta a simplicidade e à naturalidade da produção.

Muito comum que este ambiente crie nichos de mercado como o que foi encontrado pela produção algodoeira do Nordeste. Tal produção vem resgatando inclusive plantas nativas de algodão colorido, ampliando a possibilidade de preço prêmio pelo produto final, viabilizando a produção em pequena escala produtiva. Alguns projetos desenvolvidos em parceria com centros de pesquisa e extensão rural já exportam produtos deste tipo para a Europa, com boa aceitação e rentabilidade (NORDESTE RURAL, 2021).

A produção de lã gaúcha é fortemente focada para exportação, que é realizada com o produto in natura, ou seja, sem nenhuma ou com baixa agregação de valor industrial. Apenas 30% da produção do estado fica no Brasil, o restante é exportado para o Uruguai. De acordo com Kervalt (2021) existe um esforço dos produtores gaúchos em desenvolver mercado para este produto junto a China, o que ampliaria o potencial de crescimento da atividade.

Há que se pensar que o mercado internacional abre várias possibilidades para a produção de lã brasileira e gaúcha. Se por um lado tem-se espaço para exportar o produto in natura, por outro a adição de valor aos produtos com seu beneficiamento na forma de lã cardada, penteada ou em tops, ou na forma de tecidos, ou mesmo de roupas, poderia abrir todo um outro leque de possibilidades para o desenvolvimento da atividade e, por consequência, da região de inserção desta.

PRODUÇÃO DE LEITE E LATICÍNIOS

Acredita-se que o queijo produzido a partir de leite de ovelhas foi descoberto entre 10.000 e 12.000 anos, após terem sido domesticadas as primeiras ovelhas. A movimentação dos pastores pelos campos e o fato de se alimentarem do que era proporcionado pela atividade permitiram a descoberta do produto e a associação dos sabores do queijo com a qualidade da pastagem oferecida às ovelhas (LA ANTIQUA, 2017). O Egito, a Grécia e a Ásia encontram-se nos primórdios da produção de queijos. Na Europa a iguaria ganhou novos sabores e técnicas e se disseminou pelo mundo (PSF, 2021). Dados da FAO indicam que o leite ovino representa 1,3% da produção total de leite a nível mundial, tem uma ampla base produtiva, 217 milhões de ovinos leiteiros. Isso faz com que ocupe o quarto lugar entre as espécies produtoras de leite do mundo e seja uma fonte de proteína potencial para os países em desenvolvimento (FONTOURA et al., 2020).

A produção de leite e laticínios provenientes de ovelhas, apesar de ter história para contar, não tem grande tradição na história econômica do país e não oferece ainda um conjunto de dados estatísticos organizados que permita detalhar seu panorama. Até 1980 existiam apenas algumas criações de ovinos para a produção de leite, da raça Bergamácia. Em 1984 foi importado algum material genético da raça Lacaune, de origem francesa, para Minas Gerais. No entanto, essa iniciativa não evoluiu. Nova iniciativa neste sentido foi feita em 1992, por produtores gaúchos. Esta importação do material genético da raça Lacaune deu origem a dois pólos de produção de ovinos leiteiros, no RS, um na região de Porto Alegre e outro na Serra Gaúcha e é dela que originou-se a maioria dos rebanhos existentes até hoje no Brasil (BIANCHI, 2016).

A raça Lacaune ficou um longo período sem renovação genética, em função da interrupção de importações, por questões sanitárias. Foi somente em 2012 que se conseguiu trazer novamente uma quantidade importante de sêmen da raça, com boa procedência genética. Outra iniciativa para incrementar a produção de leite de ovelhas foi a inserção da raça alemã East Friesian, trazida para o país entre 2006 e 2009, via embriões e sêmen importados do Uruguai, Argentina, Nova Zelândia e Austrália (BIANCHI, 2016).

Por não ser uma atividade produtiva tradicional no Brasil, seus produtores tendem a trabalhar em nichos de mercado, como é o caso da Casa da Ovelha em Bento Gonçalves, pioneira na produção de leite e queijo de ovelhas no RS. Um estudo de 2009 indica que naquele ano apenas o Rio Grande do Sul e Minas Gerais apresentaram atividades industriais relacionadas a produção de laticínio de ovelhas (3 empresas do RS e 1 em Minas, com quase a totalidade da industrialização acontecendo no RS) (ROHENKOHL et al., 2011).

Para se ter uma ideia do tamanho da produção brasileira, em 2009 ela alcançou algo em torno de 509 a 572 mil litros de leite processado ao longo do ano, o que representou 0,0019% da produção total de leite no país. Dados estimados indicam que a produção de leites de ovinos tenha chegado a algo em torno de 700 mil litros de leite no ano de 2018, voltados à produção de laticínios. Dados de 2015 mostram que a produção gaúcha foi de 270 mil litros no ano, sendo a segunda maior produção do Brasil. Santa Catarina, por sua vez, era o maior estado produtor naquele ano com 315 mil litros por ano (BIANCHI, 2016). As estatísticas setoriais, assim como as de produção de carne, são irregulares e não estão disponíveis para períodos mais recentes.

O leite e os laticínios produzidos a partir do leite de ovelhas têm um apelo comercial importante na contemporaneidade. Por um lado, o leite de ovelha é rico em minerais, sendo também excelente fonte de proteínas e vitaminas, além de atender pessoas que tenham intolerância aos produtos oriundos do leite de vaca. Por outro lado, tendem a gerar produtos muito

saborosos. No mercado de queijos finos, vários famosos, como o Roquefort, o Pecorino, o Queijo de Ovelha Serra da Estrela, têm em sua composição o leite de ovelha (como matéria-prima única ou combinada com outros tipos de leite) (SOBRE QUEIJOS, 2021).

A ideia de produzir, no Brasil, queijos a partir do leite de ovelha não é nova, a Casa da Ovelha está no ramo desde meados da década de 1980. No entanto, a Região da Campanha Gaúcha, apesar de sua história na ovinocultura, até pouco tempo, não havia experienciado este tipo de produção. Por outro lado, alguns estudos têm sinalizado para o potencial produtivo oferecido pela região, principalmente pelas suas pastagens que podem gerar características diferenciadas para o queijo produzido (FONTOURA et al., 2020; MENEZES et al., 2021).

Esta experiência vem sendo desenvolvida no Terroir da Vigia. Esta propriedade situada em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, tem 70 hectares e é de propriedade do casal Gaspar Desumont e Graciela Bittencourt. Lá criam ovelhas e porcos, plantam uvas e oliveiras, e, a partir deles produzem queijos artesanais, charcutaria e vinhos (O SUL, 2021).

Nas palavras do chef gaúcho Jorge Nascimento: “O queijo Feta é macio, fresco, delicioso e com salga muito boa e equilibrada”, já o Etchêkoa, carro-chefe do Terroir da Vigia, “tem sabor delicado, instigante na boca, cremosidade fantástica, uma experiência repleta de muito sabor e descobertas dos sentidos”. Os produtores estão testando outros tipos de queijo, combinando o leite de ovelha com o leite de vaca, buscando diversificar seu portfólio produtivo.

Se a produção de leite e laticínios de ovelha é uma grande inovação para a Região da Campanha, o modelo de negócio que vem sendo pensado pelos produtores também configura-se uma grande Inovação e pode contribuir para a emergência de todo um setor produtivo na economia local. Inicialmente o leite usado na produção era exclusivamente trazido do oeste de Santa Catarina. Buscando encontrar alternativa local para sua demanda de leite de ovelha, iniciou-se em 2020 a ordenha de ovelhas próprias, das raças Lacaune (origem francesa) e da raça Crioula (autóctone do sul do Brasil). No período 2020/21, em parceria com a UERGS e a UFPel um trabalho de mestrado estava foi conduzido na propriedade, para avaliação do potencial produtivo do cruzamento destas duas raças e obtenção de um genótipo produtor de leite e adaptado às condições climáticas da região (FONTOURA, 2021; ABCOC, 2024).

No mesmo período, para ampliar a produção, o Terroir da Vigia estava iniciando o desenvolvimento de uma parceria com produtores locais. O sistema prevê que o produtor parceiro receba, em regime de comodato um lote de fêmeas prenhas, prontas para a produção. Quando estas parirem, todo o leite produzido seria adquirido pela Empresa de Laticínios MEGAL (parceira da Terroir da Vigia na época), garantindo a comercialização do produto. A contrapartida é a

“devolução” do mesmo número de fêmeas “emprestadas”, após um período de dois anos (tempo suficiente para se ter até 3 partos por ovelha).

Esse sistema visa garantir ao produtor parceiro o tempo para se estabelecer sem necessidade de obtenção de nenhum tipo de financiamento; o preço pago pelo leite será o mesmo pago a indústria catarinense (excluindo-se o frete). Para se ter uma ideia dos valores hoje o litro de leite de ovelha custa R\$ 7,00, vindo de Chapecó (R\$ 5,00 pelo produto e R\$ 2,00 somente de transporte), assim a Vigia pagará os mesmos R\$ 5,00 ao produtor local. O produtor “pagará” o rebanho inicial com o mesmo número de fêmeas (filhas), já aptas para produção, as quais não retornarão a Vigia, mas serão emprestadas a um terceiro produtor que reiniciará o ciclo, ampliando a rede e criando um polo produtor, desenvolvido de forma endógena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, assume-se a importância da ovinocultura no Pampa Gaúcho, principalmente no que diz respeito à novas perspectivas de desenvolvimento na Região da Campanha Gaúcha e à atores sociais fundamentais nessa dinâmica territorial, como é o caso dos pecuaristas familiares do Pampa. Atividade esta, que outrora teve grande destaque em fatores socioeconômicos na região, mas que passou por diversas crises que impactaram a atividade produtiva, seja na produção de carne ou na produção de lã ovina, o que se reflete nas estatísticas apresentadas.

Cabe destacar a busca por novas perspectivas na ovinocultura, enfatizadas neste texto em três frentes: i) A produção de carne: incentivada pelo Projeto Rota do Cordeiro e agora pelo Projeto Rota da Ovinocultura, com o intuito de fomentar e desenvolver a formação de sistemas agroindustriais nos polos, que além de desenvolver a produção de carne ovina, visa trabalhar a produção de derivados como laticínios e artesanatos; ii) A produção de lã: grande parte da produção é destinada ao mercado internacional, porém tendo em vista a qualidade e características do produto, cabe considerar sobre iniciativas que desenvolvam a cadeia local, seja através do beneficiamento da lã ou através do artesanato. Artesanato este, que pode ainda contribuir para com a valorização da cultura do Pampa Gaúcho; e iii) Produção de leite e laticínios: diversas ações estão em curso no Pampa Gaúcho, com destaque para iniciativas e parcerias que visam formar cadeias de produção. Cabe destacar, a valorização do produto ovino, seja por sua sofisticação culinária em fatores de sabores, paladares e características, ou ainda, pelas características nutricionais apresentadas pelo leite, queijo e outros derivados de ovinos.

Todo esse movimento tem base na valorização e desenvolvimento da ovinocultura no Pampa Gaúcho, através de parceiras públicas e privadas, trabalhando na melhoria genética do rebanho, na formação e desenvolvimento de cadeias produtivas locais, bem como, na produção de festivais que visam cultivar e apresentar a ovinocultura à sociedade. A partir destas ações, traça-se o caminho para que a ovinocultura tenha novamente destaque no Pampa Gaúcho, para que gere renda e empregos, alimentos para o consumo humano, destacando que o Pampa oferece em seu campo, além de atributos físicos (ambiente), atributos imateriais (saber-fazer), com grande potencial para atrair turismo receptivo envolvendo o setor, contribuindo com mais esta atividade para o desenvolvimento da região.

Referências

ABCOC - Associação Brasileira de Criadores de Ovino Crioulo. **Boletim Informativo**. Porto Alegre: ABCOC, ano 4, v.9, dez. 2024.

ACCO – Associação Catarinense De Criadores De Ovinos. **Câmara dos Deputados discute bases para desenvolvimento do Programa Rota do Cordeiro**. Concórdia, SC, 2024. Disponível em: <https://acco-sc.com.br/camara-dos-deputados-discute-bases-para-desenvolvimento-do-programa-rota-do-cordeiro>. Acesso em: 22 maio 2025.

ASR – Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Ovinos**. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/ovinos>>. Acesso em: 22 maio de 2025.

BIANCHI, A.; MONTEIRO, A; DE MORAIS, O. R.; BELTRÃO, R; DEBORTOLI, E. Caracterização dos sistemas produtivos de ovinos de leite no Brasil. **MilkPoint: Embrapa Caprinos e Ovinos - Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E)**, 2016. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/162092/1/CNPC-2016-Characterizacao-dos-sistemas.pdf>>. Acesso em: março e abril de 2021.

BOFILL, F. J. **A reestruturação da ovinocultura gaúcha**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1996. 137 p.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Rota da Ovinocultura é lançada para fortalecer o setor e gerar renda**. Brasília, DF: Governo Federal, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/rota-da-ovinocultura-e-lancada-para-fortalecer-o-setor-e-gerar-renda>. Acesso em: 22 maio 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Rota do Cordeiro em Pernambuco terá abatedouro frigorífico com certificação federal**. Brasília, DF: Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/noticias/anterior/rota-do-cordeiro-em-pernambuco-tera-abatedouro-frigorifico-com-certificacao-federal>. Acesso em: 22 maio 2025.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Revista de Conjuntura Agropecuária** – Fevereiro/2024. Piracicaba, SP: ESALQ/USP, 2024. Disponível em:

<https://www.cepea.org.br/upload/revista/pdf/0534821001707246959.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

EMBRAPA. **Centro de inteligência e mercado de caprinos e ovinos**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/producao-nacional>>. Acesso em: março e abril de 2021.

FONTOURA, E. A. B.; TÂMARA, J. Q.; RODRIGUES, D. P.; MAYDANA, G. M.; SANTOS, R. M. L.; MUNHOZ, M. L.; CORRÊA, G. F. & MENEZES, L. 2020. Características da lactação de ovelhas Texel criadas extensivamente. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 1586-1597.

FONTOURA, E. A. B. D., GUEDES, T. D. M. F., ROSA, K. B. D., ESCOBAR, R. F., MENEZES, L. D. M., & HARTER, C. J. Produção de leite de ovelhas Crioula, Lacaune e suas cruzas. In: CIC – Congresso de Iniciação Científica na 7ª Semana Integrada UFPel, XXX, 2021, UFPel. **Anais [...]**. Pelotas: UFPel, 2021. p.1-4.

MAIA, J. F. **O Pampa Gaúcho e a contribuição da agricultura e da pecuária familiar no processo de desenvolvimento territorial**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2022.

KERVALT, M. **Das fazendas aos casacos de inverno: lã de ovelha do RS percorre o mundo**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/08/das-fazendas-aos-casacos-de-inverno-la-de-ovelha-do-rs-percorre-o-mundo-cjyuefg8q017r01msj6zcu9hd.html>>. Acesso em: abril, 2021.

LA ANTIQUA. **História do Queijo de Ovelha**. Disponível em: <<https://www.queserialaantigua.com>>. Acesso em: abril de 2021.

MENEZES, L. de M.; FONTOURA, E. A. B. da.; TÂMARA, J. Q.; MUNHOZ, M. da L.; RODRIGUES, D. P.; GOMES, A. F. F. 2021. Milk yield of Texel sheeps submitted to supplementation. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e30010212500.

MIN - Ministério da Integração Nacional. **Bases para o plano nacional de desenvolvimento da rota do cordeiro**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

NOCCHI, E. D. **Os efeitos da crise da lã no mercado internacional e os impactos sócio-econômicos no município de Santana do Livramento – RS - Brasil**. 2001. 71f. Dissertação (Mestrado em Integração e Cooperação Internacional) - Universidad Nacional de Rosario, Rosario, Argentina.

NORDESTE RURAL. **Produtores nordestinos começam a exportar o algodão colorido para a Europa**. Disponível em: <<https://nordesterural.com.br/produtores-nordestinos-comecam-a-exportar-o-algodao-colorido-para-a-europa/>>. Acesso em: abril de 2021.

PSF – Portal São Francisco. **A história do queijo**. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/historia-do-queijo>>. Acesso em: abril de 2021.

RATHMANN, R.; HOFF, D. N.; SANTOS, O. I. B.; PADULA, A. D. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 325-354, June 2008.

ROHENKOHL, J. E.; CORRÊA, G. F.; AZAMBUJA, D.F.; FERREIRA, F. R. O agronegócio de leite de ovinos e caprinos. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 39, n. 2, 2011.

SEBRAE/RS - **Carne ovina é oportunidade de negócio para 2020**. Disponível em: [https://sebraers.com.br/ovinocultura/carne-ovina-e-oportunidade-de-negocio-para-2020/#:~:text=É%20um%20aumento%20significativo%20de,\(mais%2010%2C65%25\)](https://sebraers.com.br/ovinocultura/carne-ovina-e-oportunidade-de-negocio-para-2020/#:~:text=É%20um%20aumento%20significativo%20de,(mais%2010%2C65%25)). Acesso em: dezembro de 2020.

SOBRE QUEIJOS. **Tipos de queijos: queijo de ovelha: benefícios e tipos**. Disponível em: < <https://sobrequeijos.com/queijo-de-ovelha/>>. Acesso em: abril de 2021.

VIANA, J. G. A.; SILVEIRA, V. C. P.. Análise econômica da ovinocultura: estudo de caso na Metade Sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cienc. Rural**, Santa Maria , v. 39, n. 4, p. 1176-1181, July 2009.